



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE  
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

MULHERES SERGIPANAS E DITADURA MILITAR: A TRAJETÓRIA DE  
RESISTÊNCIA DE NÚBIA MARQUES

MARIA GLEICIANE DANTAS LIMA

São Cristóvão, 2025

MULHERES SERGIPANAS E DITADURA MILITAR: A TRAJETÓRIA DE  
RESISTÊNCIA DE NÚBIA MARQUES

MARIA GLEICIANE DANTAS LIMA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado para  
obtenção do diploma em Licenciatura Plena em  
História, ao fim do período de 2024.2 da  
Universidade Federal de Sergipe (UFS).

Orientadora: Prof. Dra. Célia Costa Cardoso

São Cristóvão, 2025

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço, primeiramente, a Deus, pelo dom da vida e pela força de vontade e coragem para superar os obstáculos.

Dedico este trabalho ao meu pai e minha mãe, Antonio e Vilma, que correram debaixo do sol, para que eu pudesse caminhar calmamente na chuva.

Agradeço a minha irmã, Gleicikele, que foi uma correnteza de felicidade desaguando nos meus oceanos desesperados de estresse.

Agradeço aos meus amigos, que foram meu apoio nesses quatro anos e meio e que, teimosos, nunca me deixaram duvidar do meu potencial.

Agradeço a minha orientadora, Célia, por quem eu tenho profunda admiração e que me guiou, mesmo com o ponteiro correndo, com calma e gentileza.

Em memória de Hermesson Gurgel, que em uma quinta-feira à tarde, enquanto eu não decidia meu tema de pesquisa, me disse “porque você não trabalha com história e literatura já que você gosta de ler?”, e foi o que eu fiz.

A todos que um dia cruzaram minha vida e que direta ou indiretamente fazem parte da minha formação.

*Não devo ficar caída como quem foi salva de quase naufrágio. Meu barco tem a vela, os ventos contrários existem, mas há que rezar. Meu remo, meu leme, meu sonho me erguerão daqui.*

(Núbia Marques)

# MULHERES SERGIPANAS E DITADURA MILITAR: A TRAJETÓRIA DE RESISTÊNCIA DE NÚBIA MARQUES

Maria Gleiciane Dantas Lima<sup>1</sup>

Orientadora: Prof. Dra. Celia Costa Cardoso

## Resumo

Este estudo investiga a trajetória de Núbia Nascimento Marques durante os anos do regime militar com o objetivo de compreender sua atuação na resistência à ditadura. Utilizando uma abordagem biográfica para compreender a trajetória de vida de Núbia, além da utilização da categoria “gênero” para compreender a atuação feminina na ditadura. Utilizando-se também da análise de jornais e da perspectiva da História Cultural que compreende as narrativas literárias enquanto representações da realidade. Essas análises sugerem que Núbia foi participante ativa na resistência à ditadura dentro do Movimento Feminino Pela Anistia em Sergipe e na obra *O Passo de Estefânia* (1980).

**Palavras-chave:** Núbia Marques; ditadura; Movimento Feminino Pela Anistia; O Passo de Estefânia.

## Abstract

This study investigates the trajectory of Núbia Nascimento Marques during the years of the military regime with the aim of understanding her role in the resistance to the dictatorship. Using a biographical approach to understand Núbia's life trajectory, in addition to the use of the category "gender" to understand the female role in the dictatorship. Also using the analysis of newspapers and the perspective of Cultural History that understands literary narratives as representations of reality. These analyses suggest that Núbia was an active participant in the resistance to the dictatorship within the Women's Movement for Amnesty in Sergipe and in the work *O Passo de Estefânia*.

**Keywords:** Núbia Marques; dictatorship; Women's Movement for Amnesty; Estefânia's step.

---

<sup>1</sup> Graduanda do curso de Licenciatura em História, Departamento de História da Universidade Federal de Sergipe. Trabalho de Conclusão de Curso (2025), orientado pela Profa. Dra. Célia Costa Cardoso.

## I. Introdução

O objetivo principal desta pesquisa é pensar a trajetória de Núbia Marques no contexto da repressão pela ditadura militar. Entende-se, neste trabalho, que Núbia Marques enfrentou a repressão em duas frentes, a saber: enquanto militante pelo Movimento Feminino Pela Anistia em Sergipe (MFPA-SE) e através da literatura. No MFPA-SE, pretende-se compreender a atuação de Núbia enquanto presidente do Movimento, pensando a categoria “gênero” dentro do contexto de repressão da ditadura militar, pois entende-se que o movimento também incorporou, dentro de suas pautas, a posição da mulher na sociedade da década de 1970. Na escrita literária, Núbia buscou relacionar temáticas presentes na sociedade nas sequências de atos ficcionais de seus livros. Especificamente, na obra *O passo de Estefânia* (1980), livro que esse trabalho analisa.

Na madrugada do dia 31 de março para 1 de abril de 1964, os militares, com apoio da sociedade civil, de empresários e de partes da classe média, setores da Igreja Católica, da imprensa e de políticos nacionais e internacionais, declararam vaga a presidência da república do Brasil, depondo o então presidente João Goulart - que assumiu o cargo de Presidente após a renúncia do presidente eleito no pleito de 1960, Jânio Quadros, passado apenas 7 meses de governo. Segundo Carlos Fico (2014), em 1935 houve um levante armado na tentativa de derrubar o presidente Vargas, a chamada "Intentona Comunista", mesmo que o movimento tenha sido suprimido pelo governo, instaurou-se um medo do comunismo na sociedade brasileira. Em 1964, isso se intensificou, pois estava em curso a chamada "Guerra Fria", e Jango logo foi relacionado ao comunismo, principalmente por causa da defesa de seu governo sobre as reformas de base, tais como reforma agrária, educacional, jurídica, etc. Em 7 de abril de 1964, os militares aprovaram o Ato Institucional 1 (AI-1), e entregaram ao Marechal Castelo Branco a presidência do Brasil. A partir daí, estruturou-se um governo autoritário que se estenderia por 21 anos, marcado pelo profundo desrespeito aos direitos humanos.

Além de Humberto de Alencar Castelo Branco (1964-1967), os 21 anos da ditadura militar brasileira contou com outros 4 ditadores, a saber: Arthur Costa de Silva (1967-1969), Emílio Garrastazu Médici (1969-1974), Ernesto Geisel (1974-1979) e João Figueiredo (1979-1985). Durante o governo Geisel, considerado um importante momento de distensão política, os movimentos sociais de resistência – que lutavam na oposição ao regime desde 1964 - tomaram novo fôlego na luta pela derrubada do governo autoritário após as eleições de 1974. Segundo Dantas (2014), a casa do poder legislativo em Sergipe voltaria com os “debates acalorados”,

com firmes posicionamentos dos políticos de oposição; centros e diretórios acadêmicos da Universidade Federal de Sergipe voltaram ao funcionamento. O jornal *Gazeta de Sergipe*, com sua atitude dúbia durante os anos desde 1964, ofereceria mais espaço aos opositores. Dentre os movimentos que se estruturaram no final da década de 1970, destaca-se o Movimento Feminino Pela Anistia (MFPA), que reuniu mulheres em torno do ideal de luta pela “anistia ampla, geral e irrestrita”, e se espalhou pelo Brasil criando núcleos em quase todos os estados. Em Sergipe o movimento surge em apoio ao movimento nacional, sob liderança da professora Núbia Marques, no ano de 1978. Maria Aline Matos de Oliveira (2020) destaca que uma das peculiaridades do movimento em Sergipe está na participação ativa de homens, sendo em Sergipe caracterizado como um movimento misto. Dentro do MFPA-SE, destaca-se a figura de Núbia Marques, presidente do movimento em Sergipe.

Para fornecer um panorama das ações e reações do estado de Sergipe, articulando aos acontecimentos em âmbito nacional, utiliza-se o livro do historiador sergipano Ibarê Dantas *A tutela militar em Sergipe (1964-1984)* (2014), em especial o capítulo “VI. A distensão insegura e as eleições (1974-1978)”, em que o autor trabalha os primeiros acenos de abertura durante o governo do general Ernesto Geisel, marcado por crises econômicas e pelo acirramento dos movimentos políticos e sociais que tomaram fôlego na década de 1970, principalmente após os resultados animadores das eleições de 1974. A posição adotada na pesquisa aqui proposta contraria, no entanto, a posição desse autor na sua interpretação de que o regime militar decorreu de uma contrarrevolução. A noção defendida por alguns especialistas, como Ibarê Dantas, é de que os golpistas de 1964 agiram para impedir que o então presidente João Goulart colocasse em prática o planejando ato de revolução para manter-se no poder, com apoio das esquerdas, e instaurar um governo comunista. Seria o que Lucília de Almeida Neves Delgado<sup>2</sup> chamou de “Interpretações que enfatizam o caráter preventivo da intervenção civil e militar” (DELGADO, p. 19). Essa interpretação, na visão aqui proposta, não encontra fontes concretas que garantam a existência de um plano comunista em curso<sup>3</sup>.

Assim, considera-se, nesse trabalho, a noção de Carlos Fico<sup>4</sup>, de que a ditadura que se estabeleceu a partir de 1964 decorreu de um golpe de Estado dos militares com apoio de setores

---

<sup>2</sup>DELGADO, Lucília de Almeida Neves. 1964: temporalidades e interpretações. In: REIS, Daniel Aarão, RIDENTI, Marcelo & MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Orgs). O golpe e a ditadura militar. 40 anos depois (1964-2004). Bauru-SP, EDUSC, 2004.

<sup>3</sup>FICO, Carlos. O golpe de 1964: momentos decisivos. RJ, Editora FGV, 2014 (Coleção FGV de Bolso, Série História).

<sup>4</sup>FICO, Carlos. O golpe de 1964: momentos decisivos. RJ, Editora FGV, 2014 (Coleção FGV de Bolso, Série História).

da sociedade civil - como a igreja católica, a imprensa, setores da classe média urbana, os empresários, apoio de governadores, parlamentares -, configurando um golpe civil-militar. Ainda de acordo com Carlos Fico (2014), o que determinaria a natureza do golpe de 1964 como civil-militar não seria o apoio político que o acontecimento recebeu de setores civis da sociedade brasileira, mas a atuação de agentes civis como conspiradores e deflagradores do golpe. A ditadura que se seguiu ao movimento golpista de 1964, apesar de ainda contar com apoio de parte da sociedade civil, foi efetivamente militar. Dentro da sociedade civil, apesar dos conspiradores e apoiadores do golpe e do regime militar que se seguiu, os militares encontraram também resistência.

No campo da metodologia, utiliza-se como principal enfoque uma abordagem biográfica a respeito de Núbia Marques, reconstruindo sua trajetória entre os anos de 1964-1985. Adota-se, nessa pesquisa, a perspectiva de que a biografia é uma representação da memória de um personagem e dos acontecimentos que atravessam a vida e as ações desse personagem<sup>5</sup>. Por isso, a primeira parte dessa pesquisa, compreende quem foi Núbia Marques e em que contexto ela viveu, escreveu e lutou. Enquanto mulher inserida em uma sociedade pautada nas diferenciações entre os papéis sócias de homem e mulher, torna-se necessário uma definição da categoria “gênero”, cuja análise é desenvolvida na segunda parte desse trabalho, no qual pretende-se compreender qual andamento dos estudos da categoria “gênero” dentro dos estudos históricos historiográficos.

A terceira parte deste trabalho, detém-se na figura de Núbia Marques como participante e presidente do Movimento Feminino Pela Anistia em Sergipe, destacando sua atuação política. Gramsci<sup>6</sup> compreende que os intelectuais são indivíduos que movimentam o tecido social através dos discursos, sendo aqueles que estão ativamente participando das produções intelectuais, mas também que adotam para si uma posição e atuação política perante o contexto em que se encontram. Pensando Núbia como alguém que produz discursos culturais, a terceira parte desse trabalho se debruça para pensar como Núbia movimentou o tecido social de Sergipe dentro do MFPE-SE. Na quarta parte da pesquisa pretende-se compreender de que maneira a realidade do regime militar atravessa a obra literária de Núbia através da análise do livro *O*

---

<sup>5</sup>BOURDIEU, Pierre. “A ilusão biográfica”. FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. Usos e abusos da história oral. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1998, pp. 183-192.

<sup>6</sup>GRAMSCI, A. Cadernos do cárcere, v. 2 — Antonio Gramsci: os intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo. Ed. e trad. de Carlos N. Coutinho. Coed. de Luiz S. Henriques e Marco A. Nogueira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000a.

*Passo de Estefânia* (1980). Adota-se neste trabalho a perspectiva da História Cultural<sup>7</sup>, na qual entende-se que as narrativas literárias são representações da realidade, buscando compreender o contexto em que são produzidas, bem como evidenciar posicionamentos do autor da obra, neste caso da autora.

A pesquisa se justifica, pois, dentro da historiografia sergipana ainda são raros os trabalhos que investigam a trajetória de mulheres que se opuseram ao regime militar, mesmo sendo a participação feminina recorrente em momentos de crise. As mulheres não costumam ter grandes espaços nas produções historiográficas em geral, sendo necessário até a criação de um ramo da historiografia específico para isso, a chamada “História das Mulheres”, o que causa incômodo pessoal na pesquisadora que se propôs à pesquisa em questão.

Embora sempre tenha sido uma leitora voraz, só descobri Alina Paim<sup>8</sup> durante a graduação enquanto olhava os livros da biblioteca de uma escola estadual de Sergipe e descobri as obras da autora que foram reeditadas pela Secretária de Educação e Cultura (SEDUC). Também sempre tive interesse no campo do direito, mas só descobri que a primeira mulher a ser juíza federal no Brasil<sup>9</sup> era sergipana por um acaso, enquanto lia um livro de Ibarê Dantas e vi o nome dela pela primeira vez. Uma mestra da historiografia sergipana, Maria Thetis Nunes<sup>10</sup>, que só fui conhecer o rosto no primeiro período da graduação durante as aulas da disciplina de Temas de História de Sergipe I. Núbia Marques, foi um “achado” que tirei da leitura da tese de Maria Aline Matos de Oliveira<sup>11</sup>, já no final da graduação.

Sempre me incomodou a ausência de mulheres que apareciam nas aulas de História no ensino básico. E isso somente se acentuou durante toda a graduação. Quando as grandes mulheres da literatura - como Clarice Lispector, Cecília Meireles, Cora Carolina, Raquel de Queiroz, Agatha Christie, Jane Austen, Virginia Woolf - me foram apresentadas no decorrer da minha trajetória escolar, elas sempre me pareciam distantes. Não me recordo de ter lido uma

---

<sup>7</sup>CHARTIER, Roger (1945). Por uma sociologia histórica das práticas culturais. A História Cultural. Lisboa: DIFEL, 1990. p. 13-28.

<sup>8</sup> Alina Paim foi uma romancista e professora sergipana que viveu entre 1919 e 2011. Sua escrita se torna singular por colocar figuras femininas no centro de sua narrativa, além da preocupação com as mazelas sociais. Alina escreveu 10 romances e 4 obras para o público infantil. Também se opôs ao regime militar, declarando-se comunista.

<sup>9</sup> Maria Rita Soares de Andrade foi advogada e a primeira juíza federal do Brasil. Ela nasceu em Aracaju em 1904 e faleceu em 1998. Maria Rita envolveu-se na luta pelo sufrágio e pelo direito a educação feminina e fundou em Sergipe a Revista Renovação que veiculava ideias do feminino que fugia aos padrões na época.

<sup>10</sup> Maria Thetis Nunes nasce em 1923 e faleceu em 2009, foi uma professora e historiadora sergipana. Maria Thetis escreveu uma obra monumental sobre a história de Sergipe, e o livro “História da Educação em Sergipe”.

<sup>11</sup> OLIVEIRA, Maria Aline Matos de. Em busca da liberdade: memória do movimento feminino pela anistia em Sergipe (1975-1979). 2020.

escritora feminina que fosse sergipana durante o ensino médio, ou fundamental. Mas Núbia Marques conquistou uma cadeira na Academia Sergipana de Letras apenas um ano depois que Raquel de Queiroz conquistou sua vaga na Academia Brasileira de Letras em 1977. E embora *O Quinze* vire questão de vestibular no Brasil, *O passo de Estefânia* não parece ter conquistado espaço entre os jovens leitores, sejam eles sergipanos ou não. Me parece que a invisibilização das mulheres na literatura ganha traços ainda mais acentuados no recorte “mulheres da literatura sergipana”.

Durante os quatro anos e meio de graduação no curso de História, um novo incômodo foi ganhando contornos na minha cabeça, a falta de espaço da história sobre Sergipe, dentro dos ambientes acadêmicos do estado de Sergipe. Com um ensino médio cada vez mais voltado para os vestibulares, assuntos da historiografia sergipana ficam de fora em detrimento dos grandes acontecimentos do eixo sul-sudeste que ganham páginas e páginas dos livros didáticos e são tidos como a “História do Brasil”. Na junção desses dois descontentamentos, surgiu a vontade de pesquisar sobre uma figura feminina que nasceu, viveu e escreveu sobre Sergipe.

O recorte temporal, 1964-1985, ser o período que corresponde ao contexto da ditadura militar no Brasil, eu devo agradecimentos a Prof. Dra Célia Costa Cardoso, que durante as aulas da disciplina Temas de História do Brasil Contemporâneo, promoveu um programa de curso voltado a compreender e discutir temáticas relacionadas ao regime militar instituído com o golpe de 1964. Em um dos trabalhos da disciplina, resenhamos livros de memória, que seriam obras focadas em narrar uma história da ditadura, ou umas histórias, e que trouxessem para o primeiro plano a categoria “memória”.

Apesar da extensa bibliografia sobre o regime militar, e da importância de sempre se discutir o legado autoritário e as marcas deixadas pela ditadura, nos últimos anos, têm ganhado espaço na sociedade brasileira discursos que tratam a ditadura como algo positivo, até com um sentimento saudosista. Discurso endossado, inclusive, por figuras de visibilidade socialmente, como o ex-presidente Jair Bolsonaro, que exalta torturadores<sup>12</sup> e faz declarações contra os direitos humanos e de apoio aos horrores promovidos pela ditadura<sup>13</sup>, e que tem “descoberto” apoiadores, que chegaram a ir às ruas para pedir a volta do AI-5<sup>14</sup>.

---

<sup>12</sup> MAZUI, Guilherme. Bolsonaro chama coronel Brilhante Ustra de ‘herói nacional’. G1: globo.com, Brasília, 08 agosto 2019.

<sup>13</sup> MARIN, Denise Chrispim. “Erro da ditadura foi torturar e não matar”, disse Hitler ou Bolsonaro?. Veja, 16 agosto 2019.

<sup>14</sup> RAMIRES, Yuri. Em Cuiabá, manifestantes pedem intervenção militar, volta do AI-5 e abertura do comércio, gazeta digital, Cuiabá, 19 abril 2020.

Essa pesquisa nomeia personagens, o que, na perspectiva da autora, aproxima o público espectador de história ao momento tratado, como revela o sucesso do filme “Ainda Estou Aqui”<sup>15</sup>, adaptação do livro homônimo de Marcelo Rubens Paiva<sup>16</sup>, que sensibilizou as salas de cinema mundo afora por especializar a análise para uma família comum, que foi vítima dos brutais ataques aos direitos humanos promovidos pelos ditadores. Lembremos que, durante um regime militar autoritário, o inimigo somos todos nós, os que se calam e principalmente os que lutam.

## II. Núbia Marques: aspectos biográficos

A personificação do tempo na mitologia grega é o titã *Cronos*, filho de *Urano* (céu) e *Gaia* (terra)<sup>17</sup>. Cronos casou-se com a irmã *Reia* e, devido a uma profecia de que perderia o trono para um de seus filhos, devorou cada um quando nasceu. Porém, *Reia* conseguiu salvar o sexto filho, *Zeus*. *Cronos* e *Zeus* lutaram entre si na épica batalha dos titãs, que foi vencida por *Zeus*, o que significa que *Zeus* venceu o próprio tempo, sendo a origem da imortalidade dos deuses gregos. Apavorado pela possibilidade de ser esquecido, *Zeus* sequestra a deusa *Mnemosine* (memória), também filha de *Urano* (céu) e *Gaia* (terra), e fica com ela durante nove noites, dando origem as nove musas gregas que dominariam a ciência universal, a saber: *Urânia* (astronomia), *Melpômene* (tragédia), *Euterpe* (música), *Talia* (comédia), *Polínia* (poesia lírica), *Calíope* (eloquência), *Erato* (alegria), *Terpsícore* (dança) e *Clio* (história).

Todas as filhas de *Mnemosine* são formas de escrita e de representação da realidade, porém *Clio*, a musa da história, responsável por fazer as articulações entre o passado e o presente, construiu mais estreita relação com sua mãe, *Mnemosine*, a poderosa deusa da memória. Apesar disso, não existe um consenso na historiografia sobre as relações, diferenças, semelhanças e definições de história e memória. Na interpretação de mundo dos gregos, a memória seria antecessora da história. Esse seria o Jardim Encantado de Max Weber (2004), onde as coisas e acontecimentos são encantados, com um viés ligado a magia. Segundo Weber (2004), no processo de desencantamento do mundo, quando essa magia dá lugar a racionalidade, a memória começa a dar lugar a história, especificamente, tem-se um processo de cientificação

---

<sup>15</sup> AINDA Estou Aqui. Direção: Watter Salles. Produção: Watter Salles. Intérprete: Fernanda Torres. Roteiro: Murilo Hauser e Heitor Lorega. Fotografia de Adrian Teijido. Gravação de 2024. [S. l.]: Sony Pictures Classics, 2024.

<sup>16</sup> PAIVA, Marcelo Rubens. Ainda Estou Aqui. Rio de Janeiro: Objetiva, 2015.

<sup>17</sup> SALES, Eric. CRONOS, MNEMOSINE, CLIO E A MEMÓRIA COMO DIREITO FUNDAMENTAL. Anais do Encontro Estadual de História ANPUH-GO, v. 1, n. 3, p. 449-459, 2016.

das análises humanas. Por isso, inicia-se um processo de historiar a memória e todas as experiências humanas, que terão que passar pelo crivo historiográfico. Criam-se, então, os espaços de memórias, pois existe a necessidade de institucionalizar a memória e fazê-la passar pelo crivo dos historiadores.

Sobre os espaços de memória, Pierre Nora (1993, p. 21) afirma que são lugares que terão sentido “material, simbólico e funcional, simultaneamente, somente em graus diversos”. Nora entende que houve um esfacelamento da memória, pois, a memória foi separada da história e colocada dentro da caixa da historiografia, sendo condenada a perder características fundamentais, como o vínculo com as lembranças e os sentimentos, que a tornam múltipla e individualizada a cada grupo. A memória seria a responsável por construir uma ponte entre o passado e o presente, pois, a mesma só se explica pelo presente, através da consolidação das lembranças de determinado grupo; a história, por sua vez, foge do campo da memória por se voltar ao passado de forma crítica, acadêmica, com metodologia e objeto bem definidos. A história seria a ciência humana responsável por construir uma memória mais universalizante, em que se busca a reconstrução crítica de um passado comum, que é sempre problemática e incompleta, segundo Nora (1993). Por isso a importância dos lugares de memória. A história teria a necessidade de um espaço físico, construído para olhar para a própria história, visto que a memória mágica, a memória que ultrapassar a metodologia, se perdeu no cientificismo extremamente racional da historiografia.

As biografias, nesse sentido, tornam-se espaço não-físicos de memória, pois são a reconstrução da vida de um personagem que vive, ou viveu, em sociedade, destacando o indivíduo como parte de um grupo, sendo ele influente e influenciado pela sociedade a qual faz parte. A biografia se torna um meio para apresentar diferentes interpretações de um mesmo acontecimento, visto que, uma trajetória individual assume diversos significados a partir das relações que o biógrafo estabelece entre o indivíduo e a sociedade. Até o século XVIII, as biografias eram construídas com foco em escrever histórias de vida de grandes personagens, buscando a sacralização de grandes figuras<sup>18</sup>. Mais próxima da literatura do que da história, as biografias foram, inicialmente, rejeitadas pelos historiadores da Escola do Annales, que propunham uma abordagem mais estruturalistas, na qual defende-se que são as estruturas que moldam os sujeitos, e não o contrário. Mesmo assim, durante o século XX, não se deixou de se produzir biografias, e a partir da década de 1980, já entendida como uma metodologia possível

---

<sup>18</sup>BOURDIEU, Pierre. “A ilusão biográfica”. FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. Usos e abusos da história oral. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1998, pp. 183-192.

para conceber a história, os historiadores vão se voltar a produção de múltiplas biografias, enquadrando, no entanto, o olhar sobre os sujeitos anônimos, marginais. Todavia, o desafio dos historiadores que trabalham em biografias na contemporaneidade é não cair no que Pierre Bourdieu chamou de “ilusão biográfica”, ressaltando que a vida dos sujeitos não segue uma linha unidirecional, pois as pessoas que estão inseridas em determinado contexto histórico são multifacetadas e reagem de maneiras distintas aos acontecimentos.

Em sua maioria, os trabalhos que tomam como personagem principal a figura de Núbia Marques se detém na análise de suas obras literárias ou sua produção sobre o folclore sergipano. Algumas pesquisas que trabalham com temáticas mais generalizantes, perpassam superficialmente aspectos biográficos de Núbia, visto que em alguns contextos é impossível ignorar sua importância. Toma-se como exemplo o trabalho de Rianne Oliveira (2019), que trata sobre o Departamento de Cultura e Patrimônio Histórico (DCPH) de Sergipe entre 1970-1975, e que dedica um capítulo para pensar a atuação de cada uma das gestoras do DCPH, tornando-se necessário pensar as ações desenvolvidas por Núbia para que se tornasse um agente social tão influente dentro da cultura sergipana.

Outro trabalho no qual é incontornável deter-se sobre a figura de Núbia, é na tese de José Genivaldo Martires e Joaquim Tavares da Conceição (2020), na qual se trabalha o esforço das mulheres para adentrar a Academia Sergipana de Letras (ASL). Sendo a primeira mulher a fazer parte da ASL, Núbia tem destaque na pesquisa em três momentos. Primeiro, os autores dedica um capítulo a reflexão da participação feminina dentro da academia, dedicando um espaço a cada uma das seis mulheres pioneiras e o contexto em que se deu sua entrada na ASL. Depois, buscam relacionar o pioneirismo das mulheres na ASL com o magistério, por isso, Núbia Marques tem remontada sua trajetória como professora e estudante. E por último faz uma análise do discurso de posses das mulheres pioneiras na ASL.

O trabalho com viés biográfico construindo na dissertação de mestrado de Melnikoff (2014), volta-se a análise da trajetória de Núbia dentro do universo educacional. Desde seus primeiros passos, nas primeiras escolas, até a conclusão do ensino superior. Melnikoff (2014) destaca o contexto em que Núbia estava inserida em cada fase de sua vida escolar, destacando sua transgressão aos costumes da época. Pautado principalmente nos depoimentos colhidos de pessoas do convívio de Núbia, a autora reconstituiu a trajetória de Núbia ressaltando a categoria de gênero dentro da análise biográfica. Finalizando o trabalho, Melnikoff (2014) se detém as homenagens realizadas a Núbia e palavras de carinho de seus amigos e familiares.

Núbia Nascimento Marques nasceu em Aracaju, Sergipe, no dia 21 de dezembro de 1927, sendo filha mais velha de Atilio Marques e Bernardina Rosa do Nascimento Marques. Núbia iniciou os estudos no Jardim de Infância Augusto Maynard, Melnikoff (2014). Posteriormente, Núbia passou a cursar o primário no Educandário Menino Jesus, mas o concluiu no Atheneu Sergipense. Na cidade de Aracaju da primeira metade do século XX, era comum que meninas fizessem o ensino superior na Escola Normal, como era conhecido o Instituto Ruy Barbosa, responsável por formar professoras, conforme destaca Genivaldo Martires e Joaquim Tavares da Conceição (2020). Núbia, porém, escolheu cursar Contabilidade na Escola de Comércio Conselheiro Orlando, pois, segundo Melnikoff (2014), a formação na área de contábeis traria mais oportunidades de emprego, o que garantiria a tão desejada por Núbia, liberdade econômica. Núbia iniciou o curso em 1944, concluindo em 1946 e conseguiu seu primeiro emprego em 1947, sendo aprovada no concurso do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). No ano seguinte, Núbia foi para o Rio de Janeiro, estudar na Academia Brasileira de Belas Artes, para desenvolver seu interesse nas artes plásticas, esse, conforme aponta Melnikoff (2014), foi o pontapé inicial para o interesse de Núbia para as artes e a cultura.

Quando voltou a Sergipe, casou-se com José Lima de Azevedo, em 1952, com que teve cinco filhos. Em 1954, Núbia iniciou o curso de Serviço Social na Escola de Serviço Social, no mesmo ano de sua fundação, finalizando o curso na primeira turma de Serviço Social da cidade de Aracaju em 1957. É importante salientar que, segundo Oliveira (2019), Núbia foi muito atuante nos movimentos que adentravam as universidades na década de 1950, sendo, inclusive, presidente do Diretório Acadêmico dos Estudantes. Foi por causa do trabalho de José que a família se mudou para Salvador um ano depois de sua formatura, mas não deixou sua profissão de formação de lado, e trabalhou como Assistente Social no Serviço Social do Comércio (SESC) em Salvador. De volta a Sergipe, em fins da década de 1960, Núbia desquitou-se do esposo e deu seus primeiros passos no magistério.

Seu primeiro trabalho como professora foi no Instituto Ruy Barbosa em 1968, onde ministrou aulas da disciplina de psicologia como substituta do professor Acrisio Cruz. No ano seguinte, começou a atuar como professora regente na Universidade Federal de Sergipe (UFS) e, interessando-se cada vez mais pelo exercício da docência, investiu cada vez mais na sua formação. No início da década de 1970 atuou na Secretária de Estado de Educação e Cultura (SEC), na qual, elaborou o primeiro plano estadual de educação em conjunto com outras professoras da UFS. Ainda na década de 70, em 1976, concluiu a defesa de seu mestrado na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SE), cuja tese foi intitulada, segundo

Melnikoff (2014), “Contribuições ao estudo exploratório sobre possíveis correlações da cultura sergipana com o lazer e desenvolvimento comunitário a partir da observação de alguns folguedos no Estado de Sergipe”. Vale ressaltar que, de acordo com Oliveira (2019), foi “a partir do seu ingresso na política cultural do Estado junto ao DCPH, aos 44 anos de idade, que ela reuniu os elementos necessários à realização de sua pesquisa/dissertação” (OLIVEIRA, 2019, p. 67). Com a finalização do mestrado, Núbia conseguiu cadeira de professora titular da UFS no departamento de Serviço Social, onde lecionou até a sua aposentadoria em 1991.<sup>19</sup>

Núbia também foi a responsável pela gestão do DCPH entre os anos de 1971-1973, sucedendo Beatriz Góis Dantas e antecedendo Terezinha Oliva. Núbia equilibrava a falta de recursos e o acúmulo desmedido de funções, conforme destaca Oliveira (2019), enquanto lutava pelo maior reconhecimento para com a cultura sergipana. Mesmo assim, durante a gestão de Núbia, o DCPH realizou ações notáveis como a recepção realizada a comunidade Pankararus, indígenas de Pernambuco; além de presidir a Comissão Sergipana de Folclore; e organizou o FASC de 1972, em que estava em pauta as comemorações pelos 150 anos da Independência de Sergipe. Vale destacar, que a gestão de Núbia no DCPH ocorreu enquanto estava vigorando no Brasil o Regime Militar, na década de 1970, com ventos de distensão que, ironicamente, reprimiram as manifestações culturais e artísticas, mas que afluíram um renovado espírito de resistência dentro dos movimentos relacionados à cultura no país inteiro. Mesmo no período da repressão durante o regime militar, Núbia conseguiu feitos notáveis.

Em 1978 tomou posse na Academia Sergipana de Letras, tornando-se a primeira mulher a conquistar cadeira na ASL depois de duas tentativas frustradas em 1976. Núbia ocupou a cadeira nº 34, antecedida por Clodoaldo de Alencar, que faleceu no ano de 1977. Em sua análise sobre a entrada de professoras na ASL, Martires (2020), destaca a influência da mudança de postura dos membros da Academia Brasileira de Letras (ABL) nos membros da ASL, no que diz respeito a aceitação de mulheres, pois, a escritora Raquel de Queiroz foi a primeira mulher a fazer parte da ABL um ano antes de Núbia, em 1977. Além disso, Núbia preenchia um critério importante, ainda de acordo com Martires (2020), pois a ASL exigia que os membros, para fazer parte da agremiação, tivessem livros publicados. No ano de 1976, quando se candidatou a primeira vez, Núbia já possuía oito livros publicados, além de sua influência como professora universitária.

---

<sup>19</sup> MELNIKOFF, Elaine Almeida Aires et al. Trajetória de Núbia Nascimento Marques: contribuições para a educação em Sergipe (1978-1999). 2014.

Ainda no contexto da ditadura, em 1978, Núbia tornou-se parte do Movimento Feminino Pela Anistia em Sergipe (MFPA-SE) que surgia como movimento de apoio aos direitos humanos e a defesa da “anistia ampla, geral e irrestrita” em consonância com o movimento liderado por Terezinha Zerbine em São Paulo. Dentro do movimento, Núbia foi figura influente, foi a primeira presidente no núcleo de Sergipe, além de fazer ponte entre o movimento e as colegas da universidade onde lecionava, de acordo com Oliveira (2020), ela também concedeu entrevista para jornais sergipanos e teve uma coluna no jornal *Gazeta de Sergipe*, na qual expressa suas opiniões.

Núbia faleceu repentinamente em 1999, devido a um infarto fulminante. Mas ela segue sendo homenageada e seus feitos em vida sendo rememorados por sua família, amigos e admiradores, conforme Melnikoff (2014) aborda em capítulo especial de sua dissertação reservado a homenagens para Núbia. No ano seguinte ao seu falecimento, a Academia Literária de Vida prestou-lhe homenagens, e Núbia passou a ser patrona da academia. Entre 2002 e 2003, a prefeitura de Aracaju e a União Brasileira de Mulheres criaram, conjuntamente, a Casa Abrigo Núbia Marques que “é uma instituição de medida preventiva e provisória, cujo objetivo é acolher mulheres em situações de violência doméstica e sob ameaça de morte, juntamente com os filhos e filhas de menor idade, num período máximo de três meses”. (MELNIKOFF, 2014, p. 99). No ano de 2004 foi criada uma premiação para reconhecer o trabalho de profissionais de áreas diversas da sociedade, o Troféu Núbia Marques. Em 2006, uma escola municipal de Aracaju recebeu o nome de Núbia, a Escola Municipal de Ensino Fundamental Núbia Marques fica localizada no Bairro Coroa do Meio, na cidade de Aracaju, e recebe alunos do ensino fundamental.

### **III. A categoria “gênero” nos estudos historiográficos recentes**

O feminismo, segundo Joana Maria Pedro (2005), tem surgido na sociedade como ondas. Na primeira onda feminista, situada temporalmente pela autora no final do século XIX, as reivindicações estavam voltadas aos direitos de votar e ser votada, ao direito de estudar, aos direitos de conseguir trabalho remunerado, ao direito de herança, ao direito de possuir propriedades. Na segunda onda, surgida depois da Segunda Guerra Mundial, o feminismo estava mais preocupado com os direitos relacionados ao corpo, ao prazer, à liberdade sexual. Nesse segundo momento, dentro da História, ainda segundo Joana Maria Pedro (2005) a primeira categoria de análise mais utilizada foi a categoria “mulher”, procurando no passado

uma explicação para a submissão feminina e a desvalorização do trabalho feminino frente à sociedade, bem como remontando os vestígios da existência e da participação feminina nos acontecimentos. A palavra “mulher”, surgia em oposição direta à palavra “homem” que era vista como a categoria universal e não contemplava as reivindicações próprias do feminino, como as questões relacionadas à reprodução, a violência doméstica, entre outros. Porém, a categoria de mulher estabelecida pelas feministas da segunda onda, não parecia suficiente, pois, as mulheres negras, indígenas, pobres, não sentiam que os objetos de contestação eram suficientes para suas próprias reivindicações como grupo singular. Para isso, essa categoria foi alargada para a categoria de análise “mulheres”, no plural.

A dificuldade de escrever a “História das Mulheres” vinha principalmente da falta de fontes, pois, segundo Joana Maria Pedro (2005), o modo de se fazer história tinha preferência pelas grandes figuras públicas, aqueles que ocupavam cargos no Estados, que estavam protagonizando guerras, e nesses espaços, as mulheres não tinham espaço. Com a Escola do Annales, houve um alargamento na utilização de fontes e um redirecionamento dos objetos de estudos da historiografia para as pessoas comuns, tornando-se mais fácil escrever a história das mulheres. Foi dentro do movimento de historiadoras que se propuseram a escrever essa história das mulheres que surge a categoria “gênero”. De acordo com Joan Scott (2005), a palavra gênero fornece para as análises feministas a possibilidade de uma multiplicidade de sentidos.

Scott (1990) ressalta as consequências da substituição do uso da palavra “mulher” por “gênero”. A categoria de estudos sobre “mulheres”, referem-se, obviamente, as análises que focam em compreender a história das mulheres especificamente, enquanto a palavra “gênero” é utilizada para compreender a organização social dos sexos, ou seja, a organização das mulheres e dos homens, tendo sempre um referencial também ao masculino. Porém, Scott (1990) argumenta que a utilização do termo “gênero” acaba tornando os trabalhos que se utilizam dessa categoria de análise mais receptíveis, com mais legitimidade, pois as análises anteriores e que utilizavam a categoria “mulher”, eram vistos pela sociedade como problemáticos, com uma carga negativa. Scott (1990) defende que os estudos de gênero são estudos que analisam os grupos que sofreram opressão ao longo da história, ou seja, ao utilizar-se de “gênero” como categoria de análise é necessário que sejam utilizadas intersecções, ou seja, tem que pensar o gênero dentro das questões de raça, de classe, de orientação sexual, entre outros. Isso porque, para Scott (2005), as análises de gênero dentro da historiografia não devem ser apenas a construção para a identidade do que é ser mulher, mas compreender as relações de poder estabelecidas na sociedade.

É importante compreender, portanto, como a categoria “gênero” é um marcador dentro dos estudos sobre a ditadura militar brasileira. A história política em geral é marcada pelo espaço que fornece aos homens, e a aparente falta de participação das mulheres, que seriam sujeitos confinados ao ambiente privado. Dentro do contexto da ditadura militar brasileira, segundo Ana Maria Colling (2004) a sociedade é dividida entre situação, ou apoiadores do regime, e os que fazem oposição ao regime. Dessa maneira, existe uma generalização dentro do movimento de resistência à ditadura, que não leva em consideração as diferentes vertentes do autoritarismo. Nesse sentido, é importante compreender que o regime estabelecido em 1964 tinha um profundo viés religioso. As mulheres militantes, portanto, “cometia dois pecados aos olhos da repressão: de se insurgir contra a política golpista, fazendo-lhe oposição e de desconsiderar o lugar destinado à mulher, rompendo os padrões estabelecidos pela sociedade” (COLLING, 2004, p. 7).

Nesse sentido, os trabalhos que tratam de ditadura militar, utilizando “gênero” como categoria de análise dentro da historiografia, se comparados aos que trabalham com personagens masculinos, existe uma quantidade considerável de pesquisas que focam no protagonismo feminino durante os anos de 1964-1985. A predominância do sujeito masculino na história política, juntamente com a perseguição aos opositores, que eram obrigados a atuar na clandestinidade, explica porque as historiadoras que buscam resgatar a história das mulheres da resistência à ditadura militar se apoiam nas fontes não oficiais. Em especial as fontes de natureza oral, depoimentos e entrevistas, são a matéria prima basilar de grande parte dos trabalhos sobre essa temática. O trabalho de Elizabeth Ferreira (1996) trabalha com os depoimentos e entrevistas de 13 mulheres, que descrevem desde sua entrada na militância, até as vivências da clandestinidade, das prisões e das torturas. Ferreira (1996) articula as categorias de história e memória dentro da perspectiva de que é necessário a realização do confronto das lembranças das entrevistadas com outras fontes e que a memória desse grupo de mulheres reflete a realidade de outras cujos nomes foram excluídos da historiografia. Alguns trabalhos que optam por analisar a categoria “gênero” no contexto na ditadura militar tem a tendência a relacionar a luta das mulheres no período com a formação e fortalecimento da onda identitária do feminismo no Brasil. Em geral, relaciona-se à dupla subversão da mulher brasileira que se opunha ao regime autoritário, isso porque, as mulheres que só tornavam agentes políticos no espaço público, quebravam a regra social que impunha o papel do cuidado com o marido e com os filhos, restrito ao espaço privado.

Destaca-se também, um conjunto de trabalhos que evocam a escrita como arma de luta feminina. O artigo de Woitowicz (2014), dedica-se a analisar os jornais produzidos pelas mulheres ao longo das décadas de 70 e 80, identificando esse período como o momento do feminismo mais radical. A autora elenca jornais que circularam nas duas décadas, que, para além de suas especificidades, estavam inseridos em um contexto em comum que mesclavam as lutas pelos direitos femininos e o assunto urgente da segunda metade do século XX, a democracia. Woitowicz (2014) destaca que o jornal oferece espaço para as lutas dos setores de base feminino, com discussões sobre as greves operárias, sobre presas políticas, assim como as pautas mais voltadas ao feminismo, como a liberdade sexual e os eventos feministas. Assim também, na literatura as mulheres manifestaram seu descontentamento com o regime militar. Dentro da narrativa de testemunho, temos os opositores e as opositoras que escreveram suas próprias memórias. Pedro e Wolff (2011) dividem essa produção literária entre as autobiografias e os romances. Nas autobiografias temos como exemplo o livro *Volto semana que vem* da jornalista brasileira Maria Pilla (2015)<sup>20</sup>, que narra sua trajetória enquanto militante, contando da perseguição que a levou ao exílio após a ida a um Congresso da UNE no ano de 1970, até a sua prisão em 1975, que a levou as salas de tortura. Dentro dos romances, destaca-se a obra de Núbia Marques (1980) *O Passo de Estefânia* que conta, de maneira fictícia, a história da assistente social Estefânia, presa e torturada nos “porões da ditadura”. Ambos os livros movimentam a categoria da memória, pois tanto Maria Pilla, como Núbia Marques, foram militantes no movimento de oposição à ditadura, e mesmo que a narrativa de Pilla seja mais próxima da realidade, vista que ela conta a própria experiência, Núbia representa através da literatura um contexto que ela viu e ouviu.

Dentro desse contexto, as mulheres são geralmente divididas entre duas categorias: as mulheres militantes/guerrilheiras e as mulheres mães. Em sua pesquisa de mestrado, Rigonati (2015) se debruça sobre os testemunhos de oito mulheres para mostrar a trajetória da mulher guerrilheira, desde as mulheres que pegaram em armas, até as que optaram pela chamada “resistência democrática” ao lado do PCB. A autora apresenta as diferenças entre a oposição que optou pela guerrilha, tida por esses como a única opção para o retorno democrático como sendo a luta armada, e os que se aliaram ao PCB, partido de esquerda que se encontrava na ilegalidade, tidos como o lado menos radical, mais pacifista. Curiosamente, a maioria das mulheres que foram entrevistadas por Rigonati, relatam algum evento traumático relacionado a algum parente do sexo masculino que foi desaparecido pela ditadura militar. Mesmo assim,

---

<sup>20</sup> PILLA, M. *Volto semana que vem*. São Paulo: Cosac Naify, 2015.

essas são as que entram na resistência por convicção, conforme argumentam Medeiros, Lemanski e Medeiros no artigo “Mulher: militância, ditadura e repressão” (2014). Do outro lado, mas não tão distante, estão as mulheres que enfrentam o regime levadas pela perda de alguém do núcleo familiar, como tratam o artigo de Cruz e Santos (2017), que se voltam a analisar o sofrimento das mães ao entrarem na luta para proteger seus filhos mortos ou desaparecidos. Dentro do universo do cinema, dois exemplos chamam a atenção. O primeiro é o filme de *Zuzu Angel*<sup>21</sup>, que entra na luta contra o regime militar após o desaparecimento e morte de seu filho, Stuart Angel, envolvido na luta armada, e representa a realidade de outras tantas mães que falam do trabalho de Cruz e Santos. Além disso, as mulheres também são irmãs, filhas, esposas. Ainda no universo cinematográfico, temos o filme *Ainda estou aqui*<sup>22</sup>, que narra em imagens e sons as memórias escritas por Marcelo Rubens Paiva sobre a luta de sua mãe, Eunice Paiva, após o desaparecimento e morte de seu pai, o deputado Rubens Paiva.

Independente da motivação para a entrada no movimento de resistência, as mulheres são vítimas de torturas, de perseguições, de silenciamentos, e existem pesquisas que focam nas violências específicas destinadas às mulheres. Laura Madeira e Syndley Oliveira (2019) ressaltam que a tortura contra o corpo feminino adquiria um viés de culpabilidade por infringir as regras sociais de posição da mulher na sociedade. Segundo as mesmas autoras, as relações de poder estabelecidas pela sociedade se refletiam dentro das salas de tortura, para além do pau-de-arara, das surras, das torturas psicológicas, as mulheres ainda eram alvo de violência sexual, abortos forçados, separação de recém-nascidos. Como exemplo, tem-se a monografia de Garcia (2014), que trabalha o atravessamento entre o duplo desvio cometido pelas mulheres consideradas subversivas, pois além de se opor a revolução, ela ainda era as chamadas “putas comunistas”, para além da tortura física, os torturadores incutiam na vítima a culpa pela própria violência sexual ao qual estavam sendo vítimas, visto que a sociedade estabelecia um padrão de comportamento com a proteção das mulheres das atividades de cunho sexual fora do matrimônio.

#### **IV. O Movimento Feminino Pela Anistia em Sergipe**

---

<sup>21</sup> Zuzu Angel. (BRASIL: 2006). Direção: Sergio Rezende. Produção: Joaquim Vaz de Carvalho. Roteiro: Marcos Bernstein e Sergio Rezende. Distribuidora: Warner Brothers Gênero: Drama. Duração: 110 min. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=OeRr1ipK-N0> Acesso: 14 de Junho de 2024.

<sup>22</sup> AINDA Estou Aqui. Direção: Watter Salles. Produção: Watter Salles. Intérprete: Fernanda Torres. Roteiro: Murilo Hauser e Heitor Lorega. Fotografia de Adrian Teijido. Gravação de 2024. [S. l.]: Sony Pictures Classics, 2024.

O MFPA surgiu em 1975 na cidade de São Paulo, através do lançamento do Manifesto da mulher brasileira em favor da Anistia. No Brasil, a líder do movimento foi Therezinha Zerbine, advogada, formada em ciências jurídicas e especialista em direito administrativo. Greco (2003) defende o protagonismo feminino no rompimento da barreira da repressão, pois, enquanto mães, companheiras e irmãos, as mulheres lutavam pela liberdade e pela dignidade dos presos políticos. Assim, o MFPA levantava bandeiras não apenas da anistia, mas também do direito de habeas corpus, por exemplo. O movimento se espalhou pelo Brasil e teve vários núcleos em diversos estados da federação que foram objetos de análise pelos pesquisadores das ciências humanas e sociais. Duarte (2008) pensou o movimento no Ceará; Silva (2016) em Santa Catarina; Pereira e Simões (2019) no Rio Grande do Sul; Teixeira (2017) pensando o MFPA em Minas Gerais, remontou a trajetória de Helena Greco. O núcleo de Sergipe, apenas cinco trabalhos foram localizados. O primeiro trabalho localizado sobre o MFPA-SE foi a monografia de Oliveira (2016), na qual ela trabalha as ações do movimento em Sergipe. A mesma autora, em 2020, ao trabalhar novamente o tema em sua dissertação, oferece destaque a três personagens do movimento em Sergipe o que ela chama de tríade subversiva – Laura Marques, Ana Côrtes e Zelita Correia; também na dissertação, Aline aprofunda sua análise ao destacar as relações entre o MFPA-SE e as questões feministas que estavam em pauta nos movimentos de mulheres na década de 1970. Esse trabalho de dissertação tornou-se o livro de autoria de Maria Aline em 2021, e foi resenhado pelo professor universitário Fernando de Araújo Sá e por Ronaldo de Jesus Nunes, ambos em 2022. O artigo de Silva (2017) trabalha nos depoimentos da Comissão Nacional da Verdade e entrevistas do projeto “Vozes de um passado-presente”, destacando o engajamento das mulheres durante todo o regime e no processo de redemocratização, mas com maior ênfase no período da campanha pela anistia. Na dissertação de Silva (2017) foca em analisar os discursos femininos proferidos em prol da anistia pelas militantes sergipanas através da ótica da Análise do Discurso.

É importante ressaltar, que as integrantes do MFPA, no geral, lutavam pelo combate à ditadura. Em depoimento concedido ao documentário *Damas da Liberdade* (2012), Heloísa Greco esclarece que o movimento não buscava, em nenhuma instância, uma interlocução com os ditadores. Justamente o contrário, o movimento enfrentava a ditadura de frente, com denúncias, manifestos e solicitação, catalogando métodos de tortura, nomes de torturadores e enviando solicitação a deputados, a órgãos nacionais, fazendo abaixo-assinados, discutiam e lutavam pela volta dos exilados políticos, por uma explicação sobre o destino dado aos desaparecidos nos “porões da ditadura”. Mesmo tendo como principal pauta do movimento a

anistia, o real objetivo dessa reunião de mulheres era a efetiva derrubada da ditadura militar, destacando as graves violações aos direitos humanos que essa cometia contra a sociedade brasileira.

Diante disso, em 1978 o movimento, em nível nacional, desenvolveu uma “Carta de Princípios e Programa Mínimo de Ação”, na qual explicava o conceito de “anistia ampla, geral e irrestrita”. Nesses documentos, ressalta-se o caráter intimidador do regime e as medidas anti-povo tomadas pela ditadura, para além das torturas, mortes, desaparecimentos, censuras à imprensa, ao teatro, a música, também recebe destaque as políticas econômicas de arrocho salarial e de exploração econômica. Diante dessa realidade, foi necessário, segundo o documento, que o povo se organizasse coletivamente para o enfretamento do regime. Esses setores da sociedade que se opuseram de maneira mais radical ao regime, aproveitando-se de brechas e utilizando até mesmo a luta física e armada, seriam vítimas da repressão e, portanto, como defensores da democracia, deveriam ser anistiados. E essa anistia “só pode ser **ampla** – para todas as pessoas punidas por motivos políticos – e **irrestrita** – incondicional e para todos os efeitos” (CARTA DE PRINCÍPIOS E PROGRAMA MÍNIMO DE AÇÃO, 1978, p. 2). Buscava a liberdade dos presos, a volta dos exilados e uma explicação para os mortos e desaparecidos.

O núcleo de Sergipe surgiu em 14 de maio de 1978, e foi anunciado no plenário da Assembleia Legislativa, Oliveira (2020), destaca uma peculiaridade do movimento, pois também possuía em sua composição homens. A presidente e apontada como a fundadora do núcleo de Sergipe, Núbia Marques não possuía nenhum familiar presos, e era uma personalidade importante no Estado, tanto na sua atuação profissional dentro da Universidade Federal de Sergipe, na qual era professora e desenvolvia trabalhos sobre folclore e cultura sergipana; além de sua influência dentro do universo literário de Sergipe. Núbia se empenhou na campanha pela anistia e, em depoimento concedido a Maria Aline Matos, Zelita Correia afirmou que Núbia efetivamente liderava o movimento. Núbia também cedeu sua casa para as reuniões do movimento no início, segundo Elisa Cruz e Zelita Correia. Com relação a escolha de Núbia para o cargo de presidente, Zelita Correia, em entrevista concedida a Maria Aline Matos, afirma que a escritora foi escolhida, tanto devido ao prestígio que possuía junto à sociedade sergipana, como pela ausência de uma filiação formal a algum partido político, sendo assim um nome “limpo” perante o regime.

Com relação a articulação entre o núcleo de Sergipe e a direção nacional, Ana Soares afirma em depoimento concedido a Maria Aline Matos que os núcleos estaduais recebiam instruções, mas a hierarquia não era rígida o que tornava o núcleo sergipano mais ou menos independente. Mesmo assim, ainda existia uma ligação entre os movimentos, Núbia chegou a trocar cartas com a líder nacional Terezinha Zerbine. Em carta enviada a Núbia em 06/10/1979, Terezinha Zerbine convoca representantes do núcleo de Sergipe para um encontro geral com vistas a discutir os novos caminhos trilhados pelo movimento. Estava em foco, nesse período, o projeto da lei de anistia assinado pelo então presidente, João Baptista Figueiredo, em 27 de junho de 1979. As discussões em volta da montagem dessa lei iam ao encontro das reivindicações do MPFA, que desde 1975 lutava por “anistia ampla, geral e irrestrita”. O projeto de lei posto em discussão, no entanto, frustrou o movimento, pois era limitado. Considerava conceder “perdão” aos presos e exilados políticos, exceto para àqueles que cometeram os chamados “crimes de sangue”, ou seja, àqueles que pegaram em armas e que foram enquadrados na Lei de Segurança Nacional por sequestro, terrorismo, assalto e atentado pessoal. Vieira (2015) aponta que a lei da anistia, embora fosse um clamor dos movimentos de oposição à ditadura, foi pensada e estruturada para proteger os militares, visto que, a justificativa para a exclusão dos “criminosos de sangue” era um possível sentimento de revanchismo desses militantes contra os militares.

Além disso, a mesma lei que concedia liberdade aos presos políticos ligados às esquerdas, também concedia perdão aos militares, visto que os crimes de assassinato, tortura, terrorismo e violação dos direitos humanos. Isso explica porque muitos crimes cometidos entre os anos de 1964-1985 continuam sem resposta, visto que alguns nem chegaram a ser alvo de investigação. A abertura política foi pensada e executada pelos mesmo militares que deram o golpe em 1964. Também elucida a posição pró ditadura de muitos brasileiros ainda em 2025, em que se trata com normalidade apologia a crimes que ferem os direitos humanos, pedidos pela volta do AI-5, homenagens a torturadores dentro da Câmara do Deputados, além de que anistia virou sinônimo de perdão para qualquer crime de cunho político no Brasil, inclusive tentativa documentada de golpe de Estado.

Ainda com relação a comunicação entre Núbia e Terezinha Zerbine, em carta enviada por esta última em 25/10/1979, Terezinha explica a Núbia as decisões tomadas em uma reunião do Comitê Brasileiro Pela Anistia (CBA). Nessa reunião, colocou-se em pauta a reação do movimento sobre a lei de anistia, e foi colocado em votação qual seria a próxima atitude tomada: 1) Aceitar o projeto de anistia, procurando posteriormente alterá-lo através de emendas; 2) O repúdio total ao projeto, e o CBA iria elaborar um projeto para ser posto em discussão.

Terezinha não parece estar de acordo com a decisão tomada pelo grupo, no qual a maioria votou pelo repúdio total ao projeto. Nessa reunião, Núbia não compareceu, mas o MFPA-SE enviou três representantes e o deputado estadual Jackson Barreto. Outro ponto que se destaca nessa carta é a proximidade de Terezinha e Núbia. Apesar de não ter escolhido Núbia para ser a presidente do núcleo local de Sergipe, o que era incomum, Terezinha reconhece a importância de Núbia no movimento e elas trocaram cartas anteriormente. Núbia mantém a líder nacional atualizada sobre os acontecimentos de Sergipe e as ações do movimento, enviando a ela recortes de jornais sergipanos. Nessa carta, Terezinha deixa claro que endereçou pessoalmente a Núbia pelo contato anterior que as duas tiveram, no qual Núbia visitou a casa de Terezinha Zerbine para as duas discutirem a respeito da formação do núcleo de Sergipe, lavando documentos, plano piloto, estatuto.

Núbia foi figura ativa dentro do MFPA-SE. No dia 04 de agosto de 1979, o *Jornal de Sergipe* noticiou a realização de um ato organizado pelo MFPA-SE em favor da anistia. O ato contou com a participação de vários setores da sociedade além do MFPA, como estudantes da UFS – que inclusive apresentaram uma peça teatral -, deputados, contando com cerca de 300 pessoas. Em outra carta enviada a Núbia, em 25/10/1979, nas vésperas de decretação da Lei nº 6.683, Terezinha detalha a presidente do núcleo de Sergipe o teor das discussões ocorridas no encontro do CBA para discutir sobre a lei da anistia em curso. Mesmo não havendo indicativos de Núbia estivesse presente nessa reunião o MFPA-SE continuou suas ações no estado. A edição do jornal *Gazeta de Sergipe* de 25 de agosto de 1979, Maria do Carmo, participante do MFPA-SE, deixava claro que a lei aprovada não representava os apelos do movimento, e que o núcleo de Sergipe, em conformidade com o movimento a nível nacional, continuaria lutando.

Núbia deixou traços de sua irreverência na literatura. Especialmente nos romances, suas obras tiveram um caráter de denúncia da opressão e discriminação das mulheres em sociedade, além de transformar sua escrita em arma de luta durante os 21 anos do regime militar. Em 1975, Núbia lançou o livro *Geometria do abandono* (1975). Os últimos versos do poema “Inconsequência” foram censurados pela ditadura e a autora, no dia do lançamento, apareceu para o momento do autógrafa com um carimbo que continha os versos censurados e carimbou em cada um dos livros, os versos a saber: “vão à merda, seus filhos da puta”.

## V. “O passo de Estefânia”

As mulheres, em sua pluralidade, sempre resistiram ao lugar de subordinação e silenciamento que lhes foi imposto. Lélia Gonzalez (2020), levando em consideração a intersecção entre raça, gênero e classe, trabalha a figura da mãe preta e sua resistência linguística ao escravismo colonial no Brasil. Lélia (2020) se opõe a ideia de que as mulheres negras que eram levadas para trabalhar dentro da casa de seus senhores aceitavam a escravidão passivamente, sem oposição. A autora argumenta que o português falado no Brasil - ou o *pretuguês*, como ela denomina - teria forte influência da figura da mãe preta, visto que, a essa mulher negra seria delegada a responsabilidade pela criação dos filhos dos senhores coloniais e ela ensina a essas crianças palavras oriundas das línguas de matrizes africanas que foram sendo incorporadas ao português, como as diversas palavras originárias da língua quimbundo. Nota-se, a importância da palavra para as mulheres - tanto a palavra falada, quanto a palavra escrita -, que frequentemente eram deixadas de fora dos registros oficiais. E destaca-se a importância da literatura como fonte do pensamento e das reflexões das mulheres sobre a sociedade em que estavam inseridas.

As primeiras aproximações entre mulheres e literatura, eram as escritas masculinas sobre as mulheres, utilizadas para reforçar o papel social feminino imposto pela sociedade. Telles (2004) destaca que a ascensão da tradicional família burguesa no século XVIII, promoveu uma separação binária de mundo, com papéis sócias muito bem definidos para o masculino e para o feminino. A autora defende que às mulheres eram relegados dois papéis “quando maternal e delicada, como *força do bem*, mas quando “usurpadora” de atividades que não lhe eram culturalmente atribuídas, como *potência do mal*.” (TELLES, 2004, p. 424). Mesmo assim, as mulheres forçaram sua entrada na vida pública. E a literatura, acompanhando a posição adotada pela sociedade do século XIX, representava as mulheres que se envolvem na política destacando sua suposta incapacidade física e mental. As mulheres estavam, então, restritas ao ambiente doméstico, incapazes de promover representações de si mesmas na literatura, mas, mesmo assim, elas não deixaram de produzir.

Segundo Telles (2004), os “cadernos goiabada” marcam o primeiro passo para a entrada da mulher nas letras. Conceituados por Lygia Fagundes Telles, no livro *A Disciplina do Amor*, os “cadernos goiabada” seriam cadernos caseiros nos quais as mulheres oitocentistas, donas de casa e responsáveis pela organização do lar, colocariam informações corriqueiras como a lista de compras, uma receita, o preço das mercadorias domésticas, passo a passo para fazer goiabada. Nesse meio de informações, porém, surge um desabafo, uma poesia, transformando esses cadernos em uma espécie de diário, que permite compreender as ideias dessas mulheres,

seus pensamentos, seu modo de vida. Telles (2004) caracteriza esse primeiro momento da literatura feminina no Brasil, como uma literatura de caráter testemunhal.

Posteriormente, as mulheres deram passos mais longos para fora do ambiente doméstico, escrevendo para jornais. Segundo Duarte (2003) os primeiros jornais dirigidos por mulheres surgiram ainda no século XIX e constituem importante passo na construção de uma identidade feminina. As mulheres que escreviam para os jornais destacavam a capacidade intelectual feminina e a necessidade de se construir uma imagem de si mesmas, além de frisar a igualdade entre os homens e mulheres. O desenvolvimento da escrita jornalística feminina aumentou o número de jornais com uma característica mais feminista e as mulheres utilizavam-se do alcance desses materiais para clamar por seus direitos. O direito à educação formal, ao ensino superior, ao trabalho remunerado, ao voto, ao divórcio. As escritas femininas acompanham as ondas feministas que tomavam a sociedade, e os jornais, especialmente a imprensa alternativa que ganham maior notoriedade no século XX, tornavam-se, de acordo com Casadei (2011) espaços para as mulheres travarem suas lutas e para que pudessem “entrar no jogo das disputas simbólicas” (CASADEI, 2011, p. 2).

Nos romances, Xavier (1996), acompanha a evolução da escrita literária feminina em três fases. Na primeira fase, as mulheres ainda estão presas aos padrões sociais, tanto éticos, como estéticos na narrativa, e autora aponta que isso se dá, pois, as mulheres ainda não tinham descoberto a si mesmas como donas de seu destino. No período entre as décadas de 1960 e 1990, a autora destaca que os romances de autoria feminina estavam focados em representar as relações de gênero em suas histórias, mostrando uma influência do movimento feminista, pois havia destaque as opressões sofridas pelas mulheres. Na terceira fase, as mulheres escritoras lançavam um olhar para dentro de si mesmas, com uma literatura de caráter pessoal, na qual as personagens possuíam características mais introspectivas, na busca pela construção da própria identidade.

Dentro da perspectiva da História Cultural<sup>23</sup>, na qual entende-se que as narrativas literárias são representações da realidade, buscando compreender o contexto em que são produzidas, bem como evidenciar posicionamentos do autor da obra, neste caso da autora. Nesse sentido, Montoito e Rios (2019), adotam a posição de Brito e Ribeiro (2013) que defende que, embora história e literatura se aproximem, ambas não se confundem, pois diferem nos modos de

---

<sup>23</sup> CHARTIER, Roger (1945). Por uma sociologia histórica das práticas culturais. A História Cultural. Lisboa: DIFEL, 1990. p. 13-28.

produção, nos objetivos e nos modos de validação. De todo modo, ainda segundo Brito e Ribeiro (2013), a história pode servir de inspiração para a representação em livros ficcionais, assim como a literatura pode servir de fonte para a reconstrução dos acontecimentos históricos. Com isso, é importante compreender que a literatura não retrata uma época com exatidão, pois não é isso que se propõe, mas exterioriza a visão subjetiva de seu autor frente aos acontecimentos, sejam momentos em que o escritor está inserido, sejam momentos passados. Assim, segundo Montoito e Rios (2019), entendemos que o texto literário será influenciado pelas experiências que atravessam o autor enquanto sujeito histórico.

Dentro do contexto dos regimes autoritários, essa conotação crítica de representar a realidade acentua-se ainda mais. Os romances de resistência escritos dentre os anos de 1964 a 1985, possuem a característica inerente da escrita feminina de representar a sociedade, tecendo suas reflexões a respeito da posição relegada as mulheres em sociedade. Mas também se nota que esses livros capturam a aversão dessas mulheres ao regime militar em vigor, e compreende-se que essas obras são importantes fontes do pensamento dessas mulheres, além de uma forma de denúncia aos excessos do regime militar, e aceita-se que existiam formas de driblar a censura, através da utilização de figuras de linguagens para expressar o descontentamento dos artistas e literatos com o contexto em que viviam.

A produção literária de Núbia Marques é marcada por um forte viés social. A autora, desde seus poemas e até os romances, sempre se mostrou consciente aos problemas do mundo ao qual estava inserida. Núbia inicia na poesia com poemas mais introspectivos, como forma de externalizar seus sentimentos. Seu primeiro livro *Um ponto Duas divergentes*, lançado em 1959, Núbia trabalhou suas dores da morte de seu filho, Valério, que faleceu vítima de pneumonia aos seis meses. Núbia também trabalha em suas obras a realidade das mulheres na sociedade em diferentes fases e situações, como por exemplo no livro *O Sonho e a Sina*, publicado pela primeira vez em 1992, em que Núbia pensa a realidade de uma mulher envelhecendo e suas dificuldades.

Na poesia, escreveu e publicou, ainda em vida, 9 livros, a saber: *Um ponto Duas divergentes* (1959); *Dimensões poéticas* (1961); *Baladas do inútil silêncio* (1965); *Máquinas e Lírios* (1971); *Geometria do abandono* (1975), *Verde Outono* (1982) e *Palavra de mulher* (1979), um trilogia que Núbia escreveu com as poetisas e amigas Carmelita Fontes e Gizelda Moraes; *Todo Caminho é um Enigma* (1989); *Poemas Transatlânticos* (1997). Um conto, nominada *Dente na pele* (1986) e uma crônica, *Sinuosas de carne e osso* (1962). Escreveu quatro romances, a saber:

*Romances: Gráfica Tietê (1967); Berço de Angústia (1967); O Passo de Estefânia (1980) e O Sonho e a Sina (1992). Além de Caminhos e Atalhos (1997).*

O livro *O Passo de Estefânia* foi lançado em 1980, pela editora Achiamé, e conta a história de Estefânia, uma mulher adulta, emancipada, independente que trabalha e vive como Assistente Social do estado de Sergipe em Aracaju nos anos em que estava em curso o regime militar instaurado em 1964. O livro caminha em dois planos que são intercalados nos 15 capítulos, acompanhando Estefânia, enquanto trabalha como Assistente Social, sua relação com sua família, com colegas de trabalho e com as próprias pessoas que atende em seu escritório, além da sua relação com um homem com quem mantém um relacionamento conflituoso. Em paralelo, Núbia retrata a prisão e a brutalidade da repressão sofrida por Estefânia, através da narração em primeira pessoa. *O Passo de Estefânia* foi editado três vezes, em 1980, 1982 e 1984. Ganhou projeção no país, pois foi adotado pela Universidade Federal de Minas Gerais como leitura obrigatória para o vestibular de 1983.

Coelho (1983) destaca que o livro equilibra uma escrita documental em “que se quer registro direto de uma experiência vivida na carne” (COELHO, 1983, p. 93) e uma escrita ficcional na qual “transfigura a experiência individual e precária, projetando-a em nível coletivo/universal, onde ela adquire perenidade e a ressonância de um símbolo” (COELHO, 1983, p. 94). Isso acontece, pois, embora Núbia trabalhe em cima de um contexto social real, no qual ela está inserida e deseja documentar seus posicionamentos a respeito, inclusive tendo com a personagem central da história, Estefânia, características em comum, algumas experiências pelas quais Estefânia passou, Núbia não conhecia na própria carne, utilizando-se do artifício da ficção para descrever.

Enquanto trabalha como Assistente Social, Estefânia vai fazendo críticas as ações cotidianas que bloqueiam o seu trabalho. A Assistente Social cataloga os casos com os quais trabalha, apresentando informações sobre os clientes que atende, quase como descrevesse o preenchimento da ficha de cada pessoa que a procura. Mas ela enxerga além dos números e dos nomes, Núbia coloca o leitor de cara com uma realidade social que só é mostrada à distância. E coloca como principal vilão a desigualdade social ocasionada pela na falha distribuição de renda que fica concentrada nas mãos dos poderosos. As pessoas que procuram a Assistência Social são pessoas que procuram pelo mínimo, José dos Anjos que precisa urgentemente de uma cirurgia; a menina Luciana que não consegue frequentar a escola, pois precisa tomar conta dos irmãos, já que a mãe está acamada e o pai trabalha de sol a sol; a filha de Ângelo que precisa

de atendimento médico; João que está a meses na fila de transplante de rim; Joaquina que precisa de um telhado para sua casa não alagar no tempo de chuva. Todos são cidadãos que não tem acesso aos direitos mínimos pela extrema pobreza, e por serem constantemente passados para trás em benefício dos apadrinhados.

É um sistema deliberadamente burocrático e ineficiente, personificado, no livro, pela figura do Dr. Tinoco, o chefe da repartição ao qual Estefânia está vinculado.

O martírio se faz presente em todos que procuram o burocrata para resolver o mais simples problema. Qualquer ninharia toma o tamanho de um gigante. O desmedido toma, contraditoriamente, as medidas preciosas dos calculistas burocratas. Chega para aqui esse papel e coloca mais adiante aquele outro. Carimba aqui, rubrica acolá. Passa a mão na cabeça levemente como que para acender a chama da inteligência. (MARQUES, 1980, p. 38)

(...)

Na verdade, o chefe é homem simbolizando o poder, pelo menos está a serviço dele para complicar todo o processo de tramitação que é um rio caudaloso e sinuoso passando de mão em mão de não sei quantos soldados a serviço da prepotência até chegar às do Dr. Tinoco, cuja assinatura é o clímax do processo burocrático. (MARQUES, 1980, p. 39)

Núbia tece críticas ao sistema burocrático, narrado por Estefânia como um meio de articulação para dificultar o acesso da população marginalizada aos programas sociais do governo. É o caminho longo e tortuoso para finalizar em um não com milhões de justificativas, enquanto a população continua necessitada de atenções básicas. Ao mesmo tempo, a demora e negativa são oportunidades para os candidatos a cargos eletivos construir sua imagem perante a essa população.

Na primeira vez que Estefânia narra que sofreu violência física enquanto estava presa, há o destaque para os xingamentos. Puta, vagabunda, rameira. Estefânia é uma mulher livre, não é mais virgem, não tem sonhos de casamento. E mesmo assim era afetada por essas palavras, que a subjugavam enquanto mulher numa sociedade extremamente machista. “Sou abalado nos mil anos de moral cristã.” (MARQUES, 1980, p. 70). Era comum nos interrogatórios que, além da violência típica da tortura, as mulheres fossem vítimas também desses xingamentos. Nos depoimentos colhidos por Xavier (1996) de treze participantes da resistência, das quais doze foram submetidas a tortura, uma das mulheres, chamada por Xavier de *Julieta*, destaca que as mulheres eram torturadas por serem comunistas e por serem mulheres. Ela conta que os torturadores perguntavam com quantos homens ela já havia tido relações sexuais, falavam e a xingavam com palavras de baixo calão. Outra mulher que foi entrevistada por Xavier (1996)

afirma que os torturadores tinham ainda mais raiva das mulheres, pois elas representavam uma dupla transgressão: o confronto a ditadura e o rompimento com o padrão sexista vigente na sociedade. Além da violência física e psicológica, as mulheres ainda tinham como forma de tortura a violência sexual, da qual Estefânia também foi vítima, conforma trecho a seguir:

Uma luta corporal, corpo a corpo. Minha blusa é arrancada e se dilacera. Enfia a mão no meu sutiã, tento me libertar. Mas o monstro robotizado aperta meu peito violentamente. Planta a boca no bico dos meus seios e chupa-os com a ferocidade de uma besta. A dor e o gemido morrem na minha garganta. Quero gritar, mas logo sou impedida pelas mãos do auxiliar que agarra minha cabeça para trás e abafa minha boca com as suas mãos. Grossas lágrimas escorrem no meu rosto, misturando-se com meu suor pegajoso. (MARQUES, 1980, p. 82)

O último capítulo do livro inicia com a mesma frase do primeiro “Sei da inutilidade levá-los ao meu mundo. ” (MARQUES, 1980, p. 7; p. 91). No primeiro capítulo do livro, a personagem Estefânia, encontra-se na casa de seus pais, um lugar que deveria trazer uma sensação de segurança, mas, ao contrário, a mulher está ansiosa, nervosa, com medo. O medo era uma realidade das pessoas que se opunham ao regime militar de alguma maneira.

Vivo numa sociedade feita de medos. Medo de perder o emprego, medo de passar fome, medo de amar, medo de não ser compreendido, medo do patrão, do chefe, dos poderosos. Medo de ser gente, de comer e ter indigestão, de resfriado, de dor de cabeça. Medo. Medo por todos os lados. (MARQUES, 1980, p. 8)

No último capítulo, o passo de Estefânia já foi dado. A assistente social lutou para mudar a realidade dos desfavorecidos, indo além, e trabalhando para educa-los a lutar contra o regime opressor que era o verdadeiro responsável pela situação de miséria que se encontravam. Por isso, foi presa, torturada, violentada de todas as maneiras. Mas permaneceu centrada em seu propósito, em sua verdade.

Vamos covardes, venham acabar de me despedaçar. Venham, rasguem meu ventre para que eu jamais tenha filhos para dar a este mundo de horror. Vamos, venham covardes, amputem meus seios para que eles nunca se aleitem para nutrir crianças desta vida. Vamos, covardes, amputem minhas mãos para que nunca mais escreva uma só palavra de amor ou de ódio. Deixem intacta minha consciência, minha verdade. (MARQUES, 1980, p. 95)

## **VI. Considerações finais**

É possível considerar, portanto, embora seja um período obscuro da história do Brasil, o período da ditadura militar, que corresponde aos anos entre 1964-1985, não foi um momento

de passividade da população perante as práticas dos ditadores. Houve resistência em vários níveis. Neste trabalho, analisamos a resistência em duas vertentes: a organização de movimentos sociais e políticos na década de 1970 contrários à ditadura militar, especificamente o Movimento Feminino Pela Anistia; e a relação entre história e literatura. Com foco sobre a participação e atuação de Núbia Marques nesse contexto.

Núbia foi figura ativa na resistência. Ela participou do Movimento Feminino Pela Anistia em Sergipe, sendo a presidente do monumento a nível local. Engajada nas reivindicações do movimento, ela mantinha contato com a líder nacional, Terezinha Zerbine, e estava presente nas ações do MFPA realizadas em Sergipe. Núbia personifica o protagonismo feminino na luta pela derrubada da ditadura militar. Mesmo não tendo nenhum parente direto preso, ela se envolveu no movimento e mostrou-se indignada com a situação em que o Brasil estava.

A relação entre a literatura e a ditadura militar brasileira foi marcada por resistência, denúncia e busca por identidade em tempos de repressão. A literatura foi utilizada como ferramenta da oposição para expressar seu descontentamento, e, em tempos em que as coisas aconteciam na clandestinidade e com o mínimo possível de registro, torna-se uma importante fonte para remontar os pensamentos de literatos que se opuseram ao regime. Dentre esses autores, estava Núbia Nascimento Marques, cuja obra é marcada por uma escrita engajada, abordando temas como a condição feminina, a repressão política e as desigualdades sociais, especialmente durante esse período da ditadura militar. Combateu a ditadura em diversas frentes, e utilizou de sua literatura como arma de luta e de expressão. Uma de suas principais e mais elogiadas obras, “O Passo de Estefânia”, escrita em 1980, aponta críticas diretas ao regime ainda em curso.

A narrativa acompanha Estefânia, uma mulher que revisita suas memórias e tenta compreender seu próprio percurso de vida. Entre lembranças de infância, relações familiares e experiências pessoais, a personagem reflete sobre o papel da mulher na sociedade e sua busca por autonomia. O livro constrói um retrato sensível da condição feminina, destacando os desafios enfrentados por Estefânia ao longo do tempo. Para além disso, a obra constrói relações entre a situação da mulher na sociedade e a repressão do regime militar. Estefânia, em seu passo pela luta pelos menos favorecidos, é presa e torturada, como foram inúmeras pessoas entre 1964-1985. Além das violências rotineiras da tortura, a protagonista, enquanto mulher numa sociedade patriarcal, sofre não apenas agressões físicas, mas também torturas sexuais e psicológicas. Núbia ilustra como as torturas às quais eram submetidas as mulheres contavam

com um aspecto de violência específica, muitas vezes carregada de misoginia e crueldade sexualizada. A tortura feminina na ditadura não foi apenas repressão política, mas também uma forma de reafirmar a violência patriarcal. Muitas mulheres resistiram, denunciaram e, hoje, suas histórias continuam sendo um alerta contra qualquer forma de autoritarismo.

## VII. Referências

AINDA Estou Aqui. Direção: Watter Salles. Produção: Watter Salles. Intérprete: Fernanda Torres. Roteiro: Murilo Hauser e Heitor Lorega. Fotografia de Adrian Teijido. Gravação de 2024. [S. l.]: Sony Pictures Classics, 2024.

ALBUQUERQUE, Samuel Barros de Medeiros Albuquerque. Thetis, a montanha e as moscas. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*, v. 1, n. 53, 2023.

ANISTIA, COMITÊ BRASILEIRO PELA. Carta de princípios e programa mínimo de ação. São Paulo, 1978.

ARANTES, Maria Auxiliadora: Depoimento. Documentário Damas da Liberdade. Direção de Célia Gurgel. Triofilmes, 2012. Disponível em: acesso em: 14 jan. 2025.

BOURDIEU, Pierre. “A ilusão biográfica”. FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. Usos e abusos da história oral. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1998, pp. 183-192.

CASADEI, Eliza Bachega. A inserção das mulheres no jornalismo e a imprensa alternativa: primeiras experiências do final do século XIX. *Revista Alterjor*, v. 3, n. 1, p. 1-10, 2011.

CHARTIER, Roger (1945). Por uma sociologia histórica das práticas culturais. *A História Cultural*. Lisboa: DIFEL, 1990. p. 13-28.

COELHO, Nelly Novaes. O passo de Estefânia: Entre o depoimento e a ficção. *Letras de Hoje*, v. 18, n. 3, 1983.

COOLING, Ana Maria. As mulheres e a ditadura militar no Brasil. *História em revista*, v. 10, 2004.

DANTAS, Ibarê. A Tutela Militar em Sergipe. São Cristóvão-SE: EDUFS, 2014.

DE ARAÚJO SÁ, Antônio Fernando. Em busca da liberdade: o movimento pela Anistia em Sergipe (1975-1979). Ponta de Lança: *Revista Eletrônica de História, Memória & Cultura*, v. 16, n. 30, p. 234-237, 2022.

DE JESUS NUNES, Ronaldo. Protagonismo feminino pela anistia em Sergipe (1975-1979). *Boletim do Tempo Presente*, v. 11, n. 05, p. 42-44, 2022.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. 1964: temporalidades e interpretações. In: REIS, Daniel Aarão, RIDENTI, Marcelo & MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Orgs). O golpe e a ditadura militar. 40 anos depois (1964-2004). Bauru-SP, EDUSC, 2004.

DUARTE, Ana Rita Fonteles. Ação política nas memórias em disputa: a experiência das militantes do movimento feminino pela anistia no Ceará. *História Oral*, v. 11, n. 1-2, 2008.

DUARTE, Constância Lima. Feminismo e literatura no Brasil. *Estudos avançados*, v. 17, p. 151-172, 2003.

FERREIRA, Elizabeth F. Xavier. *Mulheres militância e memória* Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

FICO, Carlos. “Espionagem, polícia política, censura e propaganda: os pilares básicos da repressão”. In: FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Org.). *O Brasil Republicano. O tempo da ditadura – regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. 2ª. Ed., RJ, Civilização Brasileira, 2007.

FICO, Carlos. *O golpe de 1964: momentos decisivos*. RJ, Editora FGV, 2014 (Coleção FGV de Bolso, Série História).

GAZETA DE SERGIPE. Críticas a Anistia. Ano XXII, Nº 6274, 25 de agosto de 1979, p. 01.

GRACIA, Emerson Flores. *Tortura e violência sexual contra mulheres na ditadura civil-militar brasileira*. 2014.

GRAMSCI, A. *Cadernos do cárcere*, v. 2 — Antonio Gramsci: os intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo. Ed. e trad. de Carlos N, Coutinho. Coed. de Luiz S. Henriques e Marco A. Nogueira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000a.

GRECO, Heloisa. Direito à memória, à verdade e à justiça: a luta pela Anistia Ampla, Geral e Irrestrita. *CURSO DE CAPACITAÇÃO DE DEFENSORAS E DEFENSORES POPULARES DO DISTRITO FEDERAL*, p. 55, 2011.

GRECO, Heloisa Amélia: Depoimento. Documentário *Damas da Liberdade*. Direção de Célia Gurgel. Triofilmes, 2012. Disponível em: acesso em: 14 jan. 2025.

GONZALEZ, Lélia. *Por um feminismo afro-latino-americano*. Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 2020.

JORNAL DE SERGIPE. Sergipe terá um comitê de Anistia. Ano I, Nº 52. Aracaju. 21 de abril de 1978, p.01.

JORNAL DE SERGIPE. Ato público termina com passeata pelo calçadão. Ano II, Nº 409. Aracaju. 4 de agosto de 1979, p. 01.

LEITE CRUZ, Fatima Maria; DE SOUZA SANTOS, Maria de Fátima. As mães de filhos mortos/desaparecidos na ditadura militar no Brasil: da luta política das mulheres à inserção no espaço público. *L’Ordinaire des Amériques*, n. 222, 2017.

MADEIRA, Laura Andressa Carvalho; DE OLIVEIRA, Syndley Jorrany Conceição. “EU SOU MULHER”: A LUTA DAS MULHERES NA DITADURA CIVIL MILITAR NO BRASIL DURANTE A SEGUNDA METADE DO XX. *Das Amazônias*, v. 2, n. 1, p. 57-70, 2019.

MARIN, Denise Chrispim. “Erro da ditadura foi torturar e não matar”, disse Hitler ou Bolsonaro?. *Veja*, 16 agosto 2019.

MARQUES, Núbia Nascimento. *O Passo de Estefânia*. Rio de Janeiro: Ed. Achiamé, 1980.

- MARQUES, Núbia N. Geometria do abandono. Editora do Escritor, 1975.
- MARTIRES, José Genivaldo; DA CONCEIÇÃO, Joaquim Tavares. A escrita feminina no Jornal Letras Sergipanas da Academia Sergipana de Letras (1984-1989). Revista Tempos e Espaços em Educação, v. 13, n. 32, p. 1-17, 2020.
- MELNIKOFF, Elaine Almeida Aires et al. Trajetória de Núbia Nascimento Marques: contribuições para a educação em Sergipe (1978-1999). 2014.
- MAZUI, Guilherme. Bolsonaro chama coronel Brilhante Ustra de 'herói nacional'. G1: globo.com, Brasília, 08 agosto 2019.
- MONTOITO, Rafael; RIOS, Diogo Franco. Manchas de tinta no papel: a literatura como fonte histórica. Zetetiké, v. 27, p. e019024-e019024, 2019.
- NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. São Paulo: Projeto História, 1991.
- NUNES, Alayde de Miranda Pereira: Depoimento. Documentário Damas da Liberdade. Direção de Célia Gurgel. Triofilmes, 2012. Disponível em: acesso em: 14 jan. 2025.
- OLIVEIRA, Maria Aline Matos de. Em busca da liberdade: memória do movimento feminino pela anistia em Sergipe (1975-1979). 2020.
- OLIVEIRA, Raianne Pereira de. A memória cultural sergipana na perspectiva do Departamento de Cultura e Patrimônio Histórico (DCPH, 1970-1975). 2019.
- PAIVA, Marcelo Rubens. Ainda Estou Aqui. Rio de Janeiro: Objetiva, 2015.
- PEDRO, Joana Maria. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. Revista História São Paulo: Ed. Unesp, v.24, n.1, p.77-98, 2005.
- PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina Scheibe. As dores e as delícias de lembrar a ditadura no Brasil: uma questão de gênero. História Unisinos, v. 15, n. 3, p. 398-405, 2011.
- PERROT, Michelle. Mulheres Públicas. São Paulo: Unesp, 1998.
- PILLA, M. Volta semana que vem. São Paulo: Cosac Naify, 2015.
- RAMIRES, Yuri. Em Cuiabá, manifestantes pedem intervenção militar, volta do AI-5 e abertura do comércio, gazeta digital, Cuiabá, 19 abril 2020.
- RIGONATI, Denise Truguilho. " Ainda choram Marias e Clarices": mulheres, guerrilheiras e pecebistas na resistência à ditadura militar no Brasil. 2015.
- SALES, Eric. CRONOS, MNEMOSINE, CLIO E A MEMÓRIA COMO DIREITO FUNDAMENTAL. Anais do Encontro Estadual de História ANPUH-GO, v. 1, n. 3, p. 449-459, 2016
- SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Educação e Realidade, Porto Alegre, v. 20, n. 2, jul./dez., 1995.  
<https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71721>
- SILVA, Mislele Souza da et al. Mulheres em luta: o Movimento Feminino pela Anistia (1975-1979). 2019.
- TELLES, Lygia Fagundes. A disciplina do amor. Editora Companhia das Letras, 2010.

TELLES, Norma; DEL PRIORE, Mary. História das mulheres no Brasil. São Paulo: Contexto, 2004.

VIEIRA, Cleidson Carlos Santos. Anistia de 1979 e transição política: dos projetos e campanhas à luta por justiça e reparação às vítimas sergipanas. 2015.

WEBER, Max. A ética protestante e o “espírito” do capitalismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

WOITOWICZ, Karina Janz. A resistência das mulheres na ditadura militar brasileira: imprensa feminista e práticas de ativismo. Estudos em Jornalismo e Mídia, v. 11, n. 1, p. 104-117, 2014.

XAVIER, Elódia. Narrativa de autoria feminina na literatura brasileira: as marcas da trajetória. Revista Leitura, n. 18, p. 87-95, 1996.

ZERBINE, Terezinha. [Correspondência]. Destinatário: Núbia Nascimento Marques. São Paulo, 6 out. 1979. 1 cartão pessoal.

ZERBINE, Terezinha. [Correspondência]. Destinatário: Núbia Nascimento Marques. São Paulo, 25 out. 1979. 1 cartão pessoal.

ZUZU Angel. (BRASIL: 2006). Direção: Sergio Rezende. Produção: Joaquim Vaz de Carvalho. Roteiro: Marcos Bernstein e Sergio Rezende. Distribuidora: Warner Brothers. Gênero: Drama. Duração: 110 min. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=OeRr1ipK-N0> Acesso: 14 de Junho de 2024.

## ANEXO I

M. FALD (N. 2)  
ALTO BILHES

Comitê Brasileiro pela Anistia- São Paulo

# CBA SP

## CARTA DE PRINCÍPIOS E PROGRAMA MÍNIMO DE AÇÃO

O CBA/SP vem conchamar os brasileiros a lutarem pela Anistia Ampla e Irrestrita a todos os Presos e Perseguidos Políticos, e, nesse sentido, divulga a sua **Carta de Princípios** e seu **Programa Mínimo de Ação**. Ao fazê-lo, o CBA/SP afirma que a luta pela Anistia se inscreve no quadro geral das demais lutas do povo brasileiro pelas liberdades democráticas e pela total libertação econômica, social, política e cultural de toda a sociedade brasileira; e, ao mesmo tempo, proclama a especificidade da luta pela Anistia Ampla e Irrestrita a todos os Presos e Perseguidos Políticos, como necessária e imprescindível na obtenção daquele objetivo maior. Assim, o CBA/SP se compromete a defender os seguintes **Princípios** e a lutar pelos objetivos em seguida arrolados em seu **Programa Mínimo de Ação**.

[423]

1978

## PRINCÍPIOS

**1. ANISTIA, IMEDIATAMENTE.** O golpe político-militar de 1964 instaurou no País um regime arbitrário e autoritário que suprimiu paulatinamente todas as liberdades políticas democráticas e agravou a exploração econômica dos operários, assalariados e trabalhadores em geral, e as condições de vida de todo o povo. Para sufocar o protesto e a luta dos oprimidos, o Estado, além de munir-se de uma legislação excepcional, ilegítima, autoritária e arbitrária, desenvolveu todas as formas de repressão política e policial arrogante e prepotente, da cassação de mandatos legislativos às torturas físicas e mentais, do arrocho salarial à intervenção nos sindicatos, da invasão de Universidades à expulsão de professores e cientistas, da dissolução de organizações estudantis à perseguição a religiosos, da censura na Imprensa, Rádio, Televisão, Cinema, Teatro e Música à imposição do silêncio aos que se opunham, do fechamento dos partidos aos recessos do Congresso. A instalação e a permanência, por tempo tão longo, de um regime assim tão eficaz na exploração econômica tão opressor na dominação política, só foi possível por meio de violência, brutal e trágica repressão. A ilegitimidade de um regime que se instalou e se manteve contra o consenso do conjunto da sociedade acabou por contaminar todas as instituições da República, submetendo o Poder Judiciário e o Poder Legislativo ao Poder Executivo e subjugando este a um onipotente e onipotente "sistema" que tudo sabe, tudo faz e tudo pode. A própria "legalidade" então gerada traz assim a marca indelével da sua ilegitimidade. No ato de submeter toda a realidade social a uma única vontade, prepotente, arrogante e inquestionável, o regime legisla coercitivamente sobre todos e sobre tudo. Tudo foi proibido, e, por só-lo, por tudo todos foram punidos. Não contente, o regime extravasou as próprias leis ilegítimas e coercitivas, e se apoiou furiosamente na compulsão punitiva, frequentemente sanguinária: perseguiu, suspendeu, expulsou, aposentou, cassou, exilou, baniu, prendeu, torturou, mutilou, e matou. Organizou-se para tal. Recrutou e adiestrou agentes, criou repartições, destinou verbas, imaginou aparelhos e instrumentos, fiscalizou a perfeita execução dos serviços, premiou seus mais eficientes executores, obstruiu e impediu a limitada ação da precária justiça que tentou às vezes, opor-se ao arbítrio. Milhares e milhares de brasileiros, hoje, com, entre seus parentes e amigos, seus vizinhos e seus colegas de estudo ou profissão, uma ou várias vi-

timas da bestial repressão política e policial que se abateu sobre o Brasil nos últimos 14 anos. Essa repressão econômica e política a que o povo brasileiro está submetido, porém, acabou por gerar a necessidade de buscar formas coletivas e organizadas de libertação. Pouco a pouco, o povo brasileiro foi rompendo, primeiro a barreira do medo, depois a do silêncio, por fim a do isolamento. E gradativamente, através de lutas que cada vez mais tendem a generalizar-se, parcelas de trabalhadores vem se opondo à exploração econômica, setores da sociedade civil vem se contrapondo à dominação política do Estado, exigindo o fim desse regime, lutando por amplas liberdades políticas e democráticas, nem relativas e nem futuras. Os setores mais organizados da sociedade têm conseguido, assim, conquistar formas de luta econômica e política que acabam por obrigar ao alargamento de fissuras e brechas no bloco dominante, arrancando concessões e compromissos que, se já são animadores, ainda são insuficientes. A repressão, todavia, continua ainda existindo, pronta a ser ativada a qualquer momento. Mas a Nação não o admite mais. A sociedade brasileira está disposta a não tolerar mais um único ato de repressão, e faz questão de recuperar a memória dos que foram mortos e a existência dos que ainda estão vivos, mas presos, cassados, aposentados, banidos, exilados e perseguidos. E a sociedade brasileira sabe porque eles são as vítimas da repressão: porque lutaram pelo direito do povo de opor-se livremente ao regime de exploração econômica e opressão política que domina a todos. E, por isso mesmo, sabe também que a Anistia só pode ser ampla - para todas as pessoas punidas por motivos políticos - e irrestrita - incondicional e para todos os efeitos. Neste momento da conjuntura nacional, em que amplos setores da sociedade brasileira lutam de várias formas por direitos políticos, o CBA/SP afirma que é indispensável e urgente a Anistia Ampla e Irrestrita a todos os Presos e Perseguidos Políticos, como uma imposição da consciência nacional e como uma face imprescindível das liberdades democráticas. O CBA/SP proclama que essa Anistia deverá ser conquistada, pois não será concedida sem luta, e se compromete a travar essa luta até conseguir plena e totalmente os seus objetivos. O CBA/SP também afirma que as formas incompletas, insatisfatórias, imperfeitas e parciais de Anistia não atendem nem ao seu ideal de luta e nem configuram as liberdades democráticas. E o CBA/SP igualmente entende que

à Anistia pela qual luta não deve estender-se aos algozes de suas vítimas. A Anistia pela qual o CBA/SP se compromete a lutar, a partir de agora e até a consecução final de seus objetivos, é a Anistia Ampla e Irrestrita a todos os Presos e Perseguidos Políticos.

**II. LIBERDADE DE PALAVRA, DE EXPRESSÃO, DE MANIFESTAÇÃO:** Sob o signo do autoritarismo, toda sorte de violência tem sido cometida contra o direito da palavra, de expressão do pensamento, de manifestação. Um complexo e eficaz sistema de censura foi imposto aos jornais, às rádios e à televisão, ao Cinema, ao Teatro, à Música e às várias formas de expressão artística. O próprio Congresso foi várias vezes vítima de cerceamento; o processo eleitoral foi distorcido pelo impedimento de acesso a candidatos à televisão; revistas e livros foram proibidos, assim como peças de teatro, filmes e espetáculos artísticos. A gradativa e recente suspensão da censura prévia à imprensa revelou a permanência dos demais aspectos do sistema de censura, como a censura empresarial e econômica, a autocensura, o controle das informações nas fontes. Enquanto fatos essenciais da vida coletiva não conseguem chegar à Televisão, a grande maioria da população continua sem acesso às técnicas e aos instrumentos da leitura, da informação e do conhecimento. Os atentados à liberdade de imprensa, mais que aos jornais e aos jornalistas, visam ao leitor, ao público, enfim, à toda sociedade, que, desta forma, se vê privada de exprimir seus anseios, suas reivindicações e suas opiniões. **O CBA/SP afirma a urgente necessidade da mais ampla liberdade de palavra, de imprensa escrita, falada e televisada, de expressão teatral e artística, de manifestação de pensamento.**

**III. LIBERDADE DE ASSOCIAÇÃO E DE REUNIÃO, AUTONOMIA SINDICAL, DIREITO DE GREVE:** Um dos principais alvos do regime repressivo cujo fim se reivindica tem sido as associações profissionais e culturais, científicas e gremiais. Os sindicatos de trabalhadores, principalmente, permaneceram atrelados a uma tradicional legislação paternalista e coercitiva, e, nestes últimos 14 anos, foram submetidos a vários tipos de intervenção, de maneira a desestimular a sindicalização, a banalizar a vida sindical e a impedir as legítimas manifestações dos assalariados na defesa dos seus direitos. A greve foi regulamentada de maneira a ser sempre considerada ilegal. Todavia, a imperiosa necessidade, que os trabalhadores vem sentindo, de escapar ao artocho salarial e à desumana exploração de que são vítimas, tem conseguido romper em alguns casos com os

estretos limites legais a que se viam coagidos, constituir oposições sindicais e tentar reconquistar seus sindicatos como instrumentos de reivindicações, obter a formação de comissões de fábrica e de empresa, e exercer o direito de greve como arma de luta. Os estudantes, igualmente, apesar de todas as proibições têm conseguido, à custa de imensos sacrifícios, reconstituir sua vida associativa e suas entidades representativas. Donas de casa e setores das classes médias também tem procurado articular suas associações e suas campanhas reivindicativas. Imensas faixas da população, porém, permanecem atomizadas e isoladas na luta cotidiana contra as péssimas condições de trabalho e de vida, sem emprego, ou submetidos às mais desumanas formas de alimentação, habitação, transporte, educação e saúde. **O CBA/SP afirma o direito de todos à inalienável liberdade de associação e de reunião, defende a livre organização dos trabalhadores em seus sindicatos e em seus locais de trabalho e residência, e proclama como justo e legítimo o direito de greve.**

**IV. LIBERDADE DE ATUAÇÃO POLÍTICA E ORGANIZAÇÃO PARTIDÁRIA.** Para ocupar e manter o Poder, o regime que se instalou em 1964 no lugar da legítima, dinâmica e livre atividade política a que toda sociedade humana tem direito, criou dois "partidos" artificiais, engendrou a farsa das eleições indiretas e procurou, por todos os meios ao seu alcance - da publicidade à educação, do suborno à ameaça - impor uma ideologia otimista e conformista a todos os brasileiros, falseando cotidianamente a dura realidade de todo o dia. Ainda uma vez, porém, a impostergável necessidade de expressão política fez com que alguns setores da sociedade conseguissem alargar os limites da coerção e utilizar os precários instrumentos políticos disponíveis como canais de sua insatisfação, de seu inconformismo e de seu protesto. O conjunto da sociedade, todavia, está fora do processo de decisão política; a oposição extra-parlamentar não dispõe de instrumentos políticos adequados; os operários, os assalariados e os trabalhadores em geral continuam sem poder expressar-se politicamente e organizar os partidos que háem por seus interesses. **O CBA/SP afirma como justa e legítima toda a atividade política pela qual os amplos setores da população possam expressar seus interesses, apresentar suas propostas ao conjunto da sociedade, e assim, participar do processo de conformação da Nação brasileira; e, nesse sentido, defende a ampla liberdade de organização e atuação de partidos políticos, inclusive populares e operários.**

[21.28]

# PROGRAMA MÍNIMO DE AÇÃO

Na defesa dos Princípios aqui expostos, o CBA/SP se compromete, neste momento, a encaminhar a sua luta pela consecução dos seguintes Objetivos Imediatos, que constituem o seu Programa Mínimo de Ação:

**1. Fim Radical e Absoluto das Torturas.** Denunciar as torturas e contra elas protestar, por todos os meios possíveis. Denunciar à exocração pública os torturadores e lutar pela sua responsabilização criminal. Investigar e denunciar publicamente a existência de organismos, repartições, aparelhos e instrumentos de tortura e lutar pela sua erradicação total e absoluta.

**2. Libertação dos Presos Políticos e Volta dos Cassados, Aposentados, Banidos, Exilados e Perseguidos Políticos.** Levantar a identidade, a localização e a situação de todos os presos, cassados, banidos, aposentados, exilados e perseguidos políticos. Lutar pela sua libertação, pela sua volta ao País e pela retomada de sua existência civil, profissional e política.

**3. Elucidação da situação dos desaparecidos.** Apoiar a luta dos familiares e demais setores interessados, na elucidação do paradeiro dos cidadãos que se encontram desaparecidos por motivação política.

**4. Reconquista do "Habeas-Corpus".** Lutar pela reintrodução do "habeas-corpus" para todos os presos políticos; denunciar todas as tentativas de anulação ou obstrução desse direito e contra elas protestar por todos os meios.

**5. Fim do Tratamento Arbitrário e Desumano contra os Presos Políticos.** Investigar as condições a que estão submetidos todos os presos políticos. Denunciar as arbitrariedades que contra eles se cometem e manifestar, por todos os meios, o seu protesto e o seu repúdio. Exigir a liberalização da legislação carcerária. Lutar contra a incomunicabilidade dos presos políticos.

**6. Revogação da Lei de Segurança Nacional e Fim da Repressão e das Normas Punitivas contra a Atividade Política.** Lutar, por meios jurídicos e políticos, contra todas as normas coercivas e punitivas, excepcionais ou não, que impeçam o livre exercício do direito de palavra, reunião, associação, manifestação e atuação política e partidária. Denunciar - e contra elas manifestar seu pro-

testo e seu repúdio - todas as formas de repressão, legais ou não, que visem a intimidar, ameaçar, coibir ou punir os que pretendem exercer aqueles direitos. Lutar pela revogação da Lei de Segurança Nacional.

**7. Apoio às Lutas pelas Liberdades Democráticas.** Apoiar os pronunciamentos, as manifestações, as campanhas e as lutas de outros setores sociais, organismos e entidades, que colimem os mesmos fins expostos nesta Carta de Princípios e neste Programa Mínimo de Ação. Apoiar as lutas dos familiares dos presos, cassados, aposentados, banidos, exilados e perseguidos políticos pela sua imediata libertação ou volta, pela recuperação da memória de suas existências, pelo repúdio às torturas e ao tratamento carcerário arbitrário e desumano que foram, são ou venham a ser vítimas. Apoiar as lutas dos sindicatos operários, dos sindicatos e das associações profissionais de assalariados e de trabalhadores em geral contra a exploração econômica e a dominação política a que estão submetidos, pela liberdade e pela autonomia sindicais, pelo direito à livre organização nos locais de trabalho, pelo direito de reunião, associação, manifestação e greve. Apoiar as lutas contra todas as formas de censura e cerceamento à imprensa, ao Teatro, ao Cinema, à Música, às expressões artísticas, à produção e à divulgação da Cultura e da Ciência, em defesa da ampla liberdade de informar-se e de ser informado, de manifestar o pensamento, as opiniões e as reivindicações, de adquirir e utilizar o conhecimento. Apoiar as lutas dos estudantes por melhores condições de ensino, pelo direito de se manifestarem e pela liberdade de criarem e conduzirem as suas entidades representativas. Apoiar as lutas de todo o povo por melhores condições de vida e de trabalho, por melhores salários, contra o aumento do custo de vida, por melhores condições de alimentação, habitação, transporte, educação e saúde. Apoiar a atuação dos partidos e dos parlamentares que endossarem essas mesmas lutas. E denunciar e repudiar todas as tentativas de impedir, distorcer, obstruir, descaracterizar e sufocar as lutas do CBA/SP e dos demais setores, organismos e entidades que se identifiquem com os princípios e objetivos aqui proclamados.

Julho de 1978

CBA/SP - Trav. Brigadeiro Luiz Antonio, 21. CEP 01318 - São Paulo, capital.

## ANEXO II

ANO I Nº 52

ARACAJU, SEXTA-FEIRA, 21 DE ABRIL DE

### Anistia terá um Comitê no Estado

A luta em favor da anistia para os exilados e presos políticos, dentro de alguns dias ganhará um núcleo em Sergipe, liderado pela professora Núbia Marques, que já se encontra articulando o movimento, contando com o apoio de senhoras da comunidade.

O Comitê Sergipano pela Anistia, a exemplo dos existentes em vários outros Estados, deverá funcionar em estreita ligação com o Comitê Brasileiro pela Anistia, criado pelo general Perry Bevilacqua, no Rio de Janeiro, e não deverá ter qualquer ligação partidária, tendo como único objetivo a anistia ampla e irrestrita a todos os presos e exilados políticos do país.

A existência da articulação do Comitê foi anunciada na Assembleia pelo deputado Jackson Barreto Lima, que preferiu ocultar o nome da professora Núbia Marques, mas, posteriormente, pessoas ligadas a ela confirmaram a sua liderança sobre o movimento.

Núbia Marques, no momento encontra-se em Salvador, tratando de assuntos particulares e manterá contatos com o sociólogo Joviano Carvalho Neto, dirigente do núcleo baiano do Comitê Brasileiro pela Anistia. Ao regressar a Aracaju ela deverá fornecer maiores informações sobre o movimento - matéria na pag. 2.



Núbia Marques: organizando o Comitê

### Foi espancado

JORNAL DE SERGIPE. Sergipe terá um comitê de Anistia. Ano I, No 52. Aracaju. 21 de abril de 1978, p.01.

## ANEXO III



Depois do ato público, os participantes realizaram passeata do calçadão até à Assembleia Legislativa.

JORNAL DE SERGIPE. Ato público termina com passeata pelo calçadão. Ano II, No 409. Aracaju. 4 de agosto de 1979, p. 01.

# Críticas a Anistia

A ex-presidente, hoje apenas componente, do Movimento Feminino pela Anistia de Sergipe, Maria do Carmo, demonstrou ontem seu repúdio ao projeto de lei da anistia recentemente aprovado pelo Governo Federal.

Esse projeto — disse — não nos dá conta dos desaparecimentos, não nos dá conta das mortes ocorridas. Ele deixa isolados os atingidos. E esses atingidos mutilados? Quem — perguntou — devolverá os olhos de Milton Coelho, ou as pernas de Manuel da Conceição? Essa anistia beneficiará um mínimo

de pessoas.

D. Carminha afirmou que o Movimento Feminino pela anistia continuará insistindo nessa luta, levando ao povo a conscientização de que a anistia não significa somente libertação. Queremos disse justificar porque muitas pessoas foram torturadas. Queremos gritar a anistia irrestrita, pois acreditamos que nossos companheiros de luta, não são terroristas, em vez disso, são lutadores pela melhoria do povo brasileiro. Chamamos de terroristas, aos torturadores e aos assassinos.

ANEXO V

movimento feminino pela anistia  
direção nacional - cx. postal 54.213 - capital - s.p. - Tel. 62-4072



SP 6/10/79

Prezada Lúcia Núbica

Segue nossa convocatória a que  
peço a você criteriosamente <sup>caso</sup>  
na forma do Núcleo MFFPA/Serpil  
encaminhar.

Caso contrário, caso você  
queira participar da redifi-  
nição e discussões sobre nossa  
nova caminhada, ficaremos  
felizes por termos você na  
sua companhia.

Nossa nova prefecção será  
constitutiva, perseguindo  
o ideal próximo da Deus  
Autização do País e o Este-  
do de Direito.

Fraternamente  
Thuzub Zerbine

0,10  
agora em S. Paulo, onde o CBA

Digitalizado com CamScanner

ANEXO VI

movimento feminino pela anistia  
direção nacional - cx. postal 54.213 - capital - s.p. - Tel. 02-4072



S. Paulo 25/10 1979

Regeda e Lara Umbria

Recebi sua carta resposta na qual eu pedia que considerassem que a luta atravessava fase delicada e que o momento era de seriedade e competência.

Umbria, houve muita gente que não era séria e nem competente, pois ficaram numa posição difícil de ser mantida - "ou tudo ou nada". Numa reunião de Encontros de Anistia em que houve no Rio, queriam repudiar o Projeto ante de saber o que ele continha.

O que vem da excepcionalidade de nunca pode ser bom, mas para a opinião pública, parando do MFPA, movimento pioneiro que vinha na luta desde 1975, como poderíamos tomar este título de? Lá estavam 3 moças que diziam ser do MFPA (acompanha de ~~Dr. Demétrio Jackson~~) Este Encontro veio designado aqui em S. Paulo, onde o CBA/SP

Uma política inconsequente, liderada por Genair, "sobrevivente de Arapuaia" e a mulher de Aldo Arantes, Maria Auxiliadora, conduziram uma votação para as seguintes propostas que foram escritas na lousa:

1ª - Aceitação do projeto, procurando apresentar emendas que o tornassem mais abrangente tornando-o até em Anistia ampla, geral e irrestrita ou Substitutivo.

2ª - REPUDIO - e eles do CBA iam elaborar um projeto a ser apresentado aos parlamentares. (?) metendo o que heita...

A votação foi feita e o resultado foi que perdemos ali numa sala fechada sem oxigenação e sem povo de 19 até 5?

Os 5 votos foram: <sup>M.F.P.A.</sup> Direção Nacional SP / M.F.P.A. / Maragnan, CBA Santos, CBA / Macicaba e Loure foi a favor por Anistia

 Como nós do MFFA levantamos a bandeira da Anistia com bandeira de Direitos Humanos e imperativo de consciência, rompemos com os que assumiram a posição de repúdio e osumimos perante a Macaú e perante a história, nosso papel de lutar pela Anistia a maior possível, por seu imperativo de consciência.

A verdade é que pela emenda 53 de Sr Djalma Maranhão, a Anistia teria sido meretriz, deu-se a possibilidade de deduzir que nós se posição era coneter.

Os do "repúdio" quebraram a cara na REALIDADE, pois a Macaú queria e necessitava de Anistia como 1º passo, para uma abertura. Então, ficaram contra um anseio fera e foram obrigados no final a vir de reboque.

Unbia, quando da instalação do Núcleo local do MFFA, foi

De falta de Coordenação. Minha  
também Agenda é cancelada. No  
dia em que vocês marcaram o  
lançamento foi dia 12 de Maio  
lembrem-se?

Nesta ocasião eu estava no lou-  
gresso dos Advogados em Curitiba  
deu pressão este que tinha como te-  
ma "O Estado de Direito"

Apresentei uma tese "O Este-  
do de Direito - Direitos Humana-  
nos e a Necessidade da Anistia"  
Curitiba reuniu toda a classe  
que dizem os de paraforn e muito  
relacionámas e se fazia impor-  
tante a nossa presença lá.

Mandei doc. de próprio pu-  
nho, pedi a Dona Izebel San-  
stana - então Presidente do  
MFPA que mandasse repre-  
sentar a coisa que ela fez.  
Vocês não me consultaram

 da oportunidade do dia. Mes-  
mo depois de lançado o MFF  
você me disse que era amigo do  
Senador Filvan Rocha e eu disse  
que também o prezava muito  
que tinhamos ótimo relacionamento  
Ho. Vocês poderiam ter combinado  
do com Filvan que foi Presidente  
de CP/ de Mulher e eu iria a  
encontro a Sergipe, falar sobre  
a Mulher Cidadã, a participa-  
ção de Mulher. Infelizmente a  
de novo foi feita. (Parece que tem bem no  
impensado muito)  
Nubia, estamos numa hora  
de transição, hora perigosa e q  
requer critério, habilidade e  
cautela.

Não sei como está o Nucleo a  
gostaria até que voce me info-  
rasse. Bejo e voce que cham  
Maria do Carmo e as fre-  
cas que encontrei no Rio e  
mostre estes documentos q  
você me anexou e esta própria ca

**movimento feminino pela anistia**  
direção nacional - cx. postal 54.213 - capital - s.p. - Tel. 62-4072

 Dirizcio esta a voce pois foi voce que esteve aqui em minha casa, falamos sobre a formacao do nucleo, foi voce que levou a documentos - Estatuto - Plano piloto - Loz jornais etc.

Quanto as outras meu as contava e elas nunca se preocuparam em dar o ar da graça. (nem por carta, telefone etc)

Por dois recortes de jornais que voce me mandou de Arcaju 12 de Dezembro 1978, esta bem claro que voce era a dirigente do MFPA/SP em um jornal de Sergipe, Atriz "Uma ra Marques explica que o Natal é extremamente correlato com a Anistia pois o primeiro significa renascimento ..... e estar realizando um trabalho de conscientizacao a respeito da usas e objetivos dessa campanha.

Destes recortes deduz-se que voce assumiu publicamente

movimento feminino pela anistia  
direção nacional - cx. postal 54.213 - capital - s.p. - Tel. 62-4072

 a direção do MFPA - local. Estamos novamente diante de momentos de apreensão. A fúria do REPUDIO, está contra o que se movimentando para fazer um 2º Congresso de Anistia.

Anexamos a convocatória da Bahia e o nosso documento com nossa posição. (discutam por favor)

Chame quem ficou tocando o grupo do MFPA/Se e coloque a sua posição.

Mubia - dias 7. ch fe de 8-9-10 de Dezembro iremos discutir redefinições para a nova campanha. Como para mim MFPA/Se é Mubia Marques enviaremos convocatória.

cordialmente  
Thuzuk Zerbine

Digitalizado com CamScanner